

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADASNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1184 no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo principal de atuar como holding e tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$641.433, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014 e de 2015. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2016 pelas controladas.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.6.

- 1.1. Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) - 1º de outubro de 2014.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, em 22 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a sua acionista controladora CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), controlada da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a associação entre a DESA e a CPFL Renováveis. Em 24 de abril de 2014 esta associação foi autorizada pela ANEEL e, em 6 de maio de 2014 foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL Renováveis e DESA) no setor de energias renováveis e, desta forma, obter ganhos de

escala e sinergia pela unificação das atividades, que passa a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Esta associação foi concluída em 1º de outubro de 2014, conforme detalhado a seguir:

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de setembro de 2014, com eficácia das aprovações para 1º de outubro de 2014, os acionistas tanto da CPFL Renováveis bem como o Arrow - Fundo de Investimentos e Participações (“FIP Arrow”), único acionista da WF2 Holding S.A. (“WF2”), que por sua vez era detentora da totalidade das ações de emissão da DESA, aprovaram o Protocolo de Incorporação e o Termo de Encerramento da Associação. Consequentemente, em 1º de outubro de 2014, o FIP Arrow, efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis, que por sua vez emitiu 61.752.782 novas ações ordinárias em nome do FIP Arrow, que se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%.

Após o aumento de capital realizado, a CPFL Renováveis incorporou a WF2, extinguindo essa sociedade, e a CPFL Renováveis passou a deter diretamente 100% das ações de emissão da DESA, e consequentemente, a DESA passou a ser controlada pela CPFL Renováveis.

A relação de troca de 100% das ações de emissão da WF2 por 12,27% das ações CPFL Renováveis (pós emissão das novas ações ordinárias) foi livremente negociada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da WF2 e da CPFL Renováveis. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da CPFL Renováveis e da WF2, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias.

Esta associação entre a CPFL Renováveis e a DESA resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (RI) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, uma vez que a CPFL Renováveis passou a deter o controle da WF2, e pagou pela obtenção do controle desta companhia mediante a emissão de novas ações próprias. A associação foi avaliada a valor justo utilizando o método de abordagem de receita (income approach). Em decorrência desta emissão de ações o patrimônio líquido da CPFL Renováveis sofreu um aumento, líquido da participação dos acionistas não controladores, de R\$833.663, o qual reflete o valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis, e que foram transferidas ao FIP Arrow na data da aquisição.

O aumento no patrimônio líquido da CPFL Renováveis, em 1º de outubro de 2014, ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829, correspondente ao valor que excedeu o valor patrimonial por ação e saldo remanescente do acervo líquido incorporado e (iii) registro do valor justo da participação dos não controladores no montante de R\$106.320.

Na associação descrita acima, a WF2 (controladora da DESA) foi a empresa adquirida e em 1º de outubro de 2014, a Companhia incorporou os saldos contábeis da WF2, conforme segue:

WF2
Controladora
01.10.2014

Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	43
Impostos a recuperar	1.041
Ativos não circulantes:	
Investimento	719.665
Passivos circulantes:	
Debêntures	94.688
Contas a pagar de aquisições	83.484
Partes relacionadas	549
Passivos não circulantes:	
Debêntures	75.426
Impostos diferidos	13.518
Ativos líquidos adquiridos	<u>453.084</u>

Informações adicionais à associação (Aquisição da WF2)

a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição

O valor da transação não-caixa (valor justo das ações emitidas pela CPFL Renováveis) foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos tangíveis relacionados a mais valia dos ativos imobilizados e os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 33 anos para os empreendimentos. Consequentemente, o valor da transação foi alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que os valores alocados como mais valia dos ativos imobilizados e direito de exploração dessa associação sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados às diferenças entre os valores alocados e a base fiscal destes ativos.

Considerando o período de mensuração, a CPFL Renováveis ajustou retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição conforme demonstrado abaixo. A contabilização desta combinação de negócios foi concluída em 30 de setembro de 2015 e a alocação do valor da transação está baseada em laudo de avaliação econômico-financeiro com esta mesma data.

Segue a alocação final para todos os itens apresentados:

	WF2 <u>consolidado</u> <u>01.10.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	139.293
Contas a receber de clientes	23.576
Impostos a recuperar	3.753
Outros créditos	4.945
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	84.830
Depósito judicial	5.368
Imposto a recuperar	513
Outros créditos	7.555
Imobilizado	1.569.594
Intangível	7.937
Intangível - direito de exploração	555.961
Passivos circulantes:	
Fornecedores	19.124
Empréstimos e financiamentos	52.691
Debêntures	50.305
Contas a pagar de aquisições	60.287
Obrigações trabalhistas	3.741
Obrigações tributárias	5.541
Outros passivos	17.405
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	647.576
Debêntures	224.411
Contas a pagar de aquisições	27.828
Impostos diferidos	13.518
Impostos diferidos sobre o direito de exploração e mais valia de ativos	282.227
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	31.550
Provisão para desmobilização de ativos	4.635
Outros passivos	9.686
Ativos líquidos adquiridos	952.800
Participação dos não controladores	(119.137)
Contrapartida transferida	833.663

A participação dos não controladores apresentada no quadro anterior, refere-se a 40% da participação da Ludes Energética S.A. (PCH) a valores justos, avaliada utilizando o método de abordagem de receita.

- b) Saldo de caixa líquido incorporado na associação com a DESA (controlada direta após a incorporação da WF2)

Como a aquisição foi efetuada a partir de troca de ações, não houve pagamento de caixa, apenas foi incorporado o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa da WF2 no montante de R\$139.293.

- c) Reclassificação dos saldos comparativos

De acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, a Companhia, baseada no laudo de avaliação econômico-financeiro final datado de 30 de setembro de 2015, reclassificou os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2014, como se a contabilização da combinação de negócios tivesse sido completada na data da aquisição.

As reclassificações efetuadas não produziram efeito no prejuízo do exercício de 2014 nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como não produziram efeitos nos períodos comparativos anteriores a 1º. de janeiro de 2014.

As reclassificações efetuadas para os saldos consolidados estão resumidas a seguir:

Ativo

Ativo	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014	Ajustes	Valores ajustados
Circulante	1.166.224	-	1.166.224
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros	359.342	-	359.342
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	(1) 6.483.826	271.422	6.755.248
Intangível	(2) 3.626.484	(225.802)	3.400.682
Total	<u>11.635.876</u>	<u>45.620</u>	<u>11.681.496</u>

Ajustes efetuados:

- (1) Reclassificação de Intangível – Direito de Exploração para Imobilizado no montante líquido de R\$271.422; e
 (2) (i) Reclassificação de Intangível – Direito de Exploração para Imobilizado no montante líquido de R\$271.422 e (ii) Aumento do Direito de Exploração no montante de R\$45.620.

Passivo

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014	Ajustes	Valores ajustados
Passivo			
Circulante	1.019.959	-	1.019.959
Não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(3) 33.608	17.293	50.901
Impostos diferidos	(4) 1.167.073	15.511	1.182.584
Outros	5.072.738	-	5.072.738
Total do não circulante	6.273.419	32.804	6.306.223
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4.230.497	-	4.230.497
Não controladores	(5) 112.001	12.816	124.817
Patrimônio líquido total	4.342.498	12.816	4.355.314
Total	<u>11.635.876</u>	<u>45.620</u>	<u>11.681.496</u>

Ajustes efetuados:

- (3) Registro de provisão para riscos cíveis;
- (4) Registro de Impostos Diferidos sobre provisão para riscos cíveis e ajuste do Intangível – Direito de Exploração de não controladores; e
- (5) Ajuste de Direito de Exploração de não controladores.

Demonstração do Resultado

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014	Ajustes	Valores reapresentados
Receita operacional líquida	1.247.627	-	1.247.627
Custos de geração de energia	(6) (764.323)	(2.697)	(767.020)
(Prejuízo) Lucro bruto	483.304	(2.697)	480.607
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(110.516)	-	(110.516)
Depreciação e amortização	(4.074)	-	(4.074)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-
Amortização do direito de exploração	(6) (128.530)	2.697	(125.833)
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.903)	-	(8.903)
Prejuízo) Lucro operacional antes dos efeitos financeiros	231.281	-	231.281
Despesas financeiras	(463.988)	-	(463.988)
Receitas financeiras	98.991	-	98.991
Despesas Financeiras Líquidas	(364.997)	-	(364.997)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(133.716)	-	(133.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.645)	-	(33.645)
Prejuízo líquido do exercício	(167.361)	-	(167.361)
Atribuível ao acionistas da controladora	(168.771)	-	(168.771)
Atribuível aos não controladores	1.410	-	1.410

Ajustes efetuados:

- (6) Reclassificação da depreciação da Mais Valia do Imobilizado.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Consolidado		
	Valores originais conforme demonstrações financeiras em 31/12/2014	Ajustes	Valores ajustado
Capital social	3.390.444	-	3.390.444
Reserva de capital	878.903	-	878.903
Reserva de lucros	1.292	-	1.292
Ajuste de avaliação patrimonial	47.501	-	47.501
Prejuízos acumulados	(87.643)	-	(87.643)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	4.230.497		4.230.497
Participação de não controladores	(7) 112.001	12.816	124.817
Patrimônio líquido total	4.342.498	12.816	4.355.314

Ajustes efetuados:

- (7) Ajuste de Direito de Exploração de não controladores.

1.2. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV - 2014

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobras, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$103.358, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; (ii) ajuste de preço no montante de R\$634; e (iii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$32.428.

Informações adicionais sobre aquisição da controlada Rosa dos Ventos

a) Considerações transferidas

	<u>Rosa dos Ventos</u>
	<u>28.02.2014</u>
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	70.296
Ajuste de preço pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual	634
Caixa líquido de aquisição	<u>70.930</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração da autorização, o qual será amortizado pelo prazo remanescente da autorização vinculada à exploração do empreendimento eólico adquirido, sendo o prazo médio estimado em 18 anos para Rosa dos Ventos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado à ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

As alocações do valor pago foram suportadas por laudos de avaliação econômico-financeiro.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que os valores alocados como direito de exploração dessa aquisição sejam dedutíveis para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização da aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos de Rosa dos Ventos a valor justo:

	Rosa dos Ventos <u>28.02.2014</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.466
Contas a receber de clientes	6.122
Impostos a recuperar	10
Outros créditos	99
Ativos não circulantes:	
Aplicações financeiras vinculadas	4.223
Depósito judicial	307
Imposto diferido	570
Imobilizado	50.102
Intangível - direito de exploração	67.741
Passivos circulantes:	
Fornecedores	3
Empréstimos e financiamentos	1.960
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	744
Obrigações tributárias e trabalhistas	212
Outros passivos	878
Passivos não circulantes:	
Empréstimos e financiamentos	32.934
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	23.032
Provisão para desmobilização de ativos	947
Ativos líquidos adquiridos	<u>70.930</u>
Contrapartida transferida	<u>70.930</u>

c) Saída de caixa líquido na aquisição da Rosa dos Ventos

	<u>Rosa dos</u> <u>Ventos</u>
	<u>28.02.2014</u>
Contrapartida pagas em caixa	70.930
Menos: Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(2.466)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>68.464</u>

1.3. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado **	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	2	Portaria 502	06/11/2015	35 anos	26,5
Buritiz	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Cherobim	3	Em andamento *	-	-	25,5
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueiropolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado **	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Laranjinha	3	Res.440	06/02/2006	30 anos	3,2
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	2	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res. 652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>557,7</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.4. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	25,2
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	25,2
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	25,2
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Conoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	25,9
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	24,3
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	21,1
Iraúna XIII	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XIV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XV	3	Em andamento *	-	-	29,2
Iraúna XVI	3	Em andamento *	-	-	19,4
Iraúna XVII	3	Em andamento *	-	-	22,7
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	2	REA 387/2014	04/08/2014	35 anos	26,0
Pedra Cheirosa II	2	REA 359/2014	23/07/2014	35 anos	24,0
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	2	REA 4592	18/03/2014	-	29,4
Santa Úrsula	2	REA 4591	18/03/2014	30 anos	30,0
São Domingos	2	REA 5074	03/03/2015	30 anos	25,2
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Ventos de Santo Dimas	2	REA 4562	25/02/2014	30 anos	29,4
Ventos de São Benedito	2	REA 4563	25/02/2014	30 anos	29,4
Ventos de São Martinho	2	REA 4572	11/03/2014	30 anos	14,7
Total					<u>1.980,4</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.5. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.6. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL nº961/2012	29/10/2012	Indeterminado*	1,1
Total					<u>1,1</u>

*Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.7. Sazonalização

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas à biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º e 2º trimestres;

- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e das usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos.
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs do Sudeste/Centro-Oeste no 4º e no 1º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e no 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor” – vide nota explicativa nº 31).

1.8. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas.

Em 28 de abril de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 7º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de adequar a governança da Companhia decorrente da realização da Oferta Pública Inicial de Ações, ocorrida no exercício de 2013, incluindo: (i) mudanças do quadro acionário da Companhia; (ii) ajuste nas cláusulas não mais aplicáveis ao Acordo de Acionistas; e (iii) implementação das alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Em 01 de outubro de 2014, a Companhia e seus acionistas celebraram o 8º aditivo e consolidação ao Acordo de Acionistas, com o objetivo de refletir as mudanças no quadro acionário da Companhia em razão da saída do acionista DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH como signatário do Acordo de Acionistas e da adesão dos acionistas Daniel Gallo e Arrow – Fundo de Investimento em Participações ao Acordo de Acionistas, bem como para implementar as alterações necessárias para adaptar o Acordo de Acionistas à atual estrutura societária e operacional da Companhia.

Atualmente fazem parte do Acordo de Acionista os seguintes acionistas, com as respectivas participações no capital votante: CPFL Geração de Energia S.A. (51,61%), Arrow – Fundo de Investimento em Participações (12,27%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,19%), Secor - LLC (4,82%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,60%), GMR Energia S.A. (1,64%), Fundo de

Investimento em Participações Brasil Energia (6,25%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,74%) e Daniel Gallo (0,01%), totalizando uma participação de 84,13%.

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações da emissão da Companhia e outras restrições específicas relativas à transferência das ações da emissão da Companhia e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital.

1.9. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 15 de fevereiro de 2016.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 7 e nº 9).
- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Impostos de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mata Velha	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro do Vento	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Buriiti	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Ester	Integral	100%	-	Paioi	Integral	-	100%
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	41%	59%
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bonanza	Integral	-	100%	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bons Ventos	Integral	-	100%	Penedo	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Plano Alto	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Renascer	Integral	-	100%
Cajueiro	Integral	95%	-	Rio Claro	Integral	-	94%
Campos dos Ventos I	Integral	-	100%	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	89%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Mônica	Integral	-	100%
Curral Velho I	Integral	-	100%	Santa Ursula	Integral	-	100%
Curral Velho II	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	-	100%
DESA Comercializadora	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
DESA PCH 1 Holding	Integral	-	100%	SIIF Desenvolvimento	Integral	9%	91%
Distância	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	100%	-
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	Solar 1	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	T-15	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
DESA Eurus III	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Eurus VI	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	-	100%
Figueira Branca	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	-	100%
Figueirópolis	Integral	-	100%	WF Wind Holding V	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	WF Wind Holding VII	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	WF Wind Holding VIII	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	WF Wind Holding X	Integral	-	100%
Laranjinha	Integral	-	100%	WF Wind Holding XI	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	WF1 Holding	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%				

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$44.839 em 31 de dezembro de 2014, registrado na conta provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$127.734 em 31 de dezembro de 2015 e R\$124.817 em 31 de dezembro de 2014.

A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto):

<u>Empresas</u>	<u>31/12/2015</u> <u>R\$ mil</u>	<u>31/12/2014</u> <u>R\$ mil</u>
Navegantes	-	38
PCH Holding 2	-	44.801
Total	-	44.839

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

4.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As transações relacionadas à aquisição de Rosa dos Ventos e a associação com a DESA, mencionadas na nota explicativa nº 1, foram avaliadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

4.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: (i) títulos e valores mobiliários; e (ii) aplicações financeiras.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber de clientes; (iii) partes relacionadas; (iv) aplicações financeiras; (v) aplicações financeiras vinculadas; (vi) outros créditos; e (vii) dividendos a receber.

- Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais

do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) partes relacionadas; (iii) empréstimos e financiamentos; (iv) debêntures; (v) contas a pagar de aquisições; e (vi) adiantamentos de clientes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3 Benefício a empregados

4.3.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.3.2 Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

4.3.3 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.4. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.5. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.6. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

4.7. Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que determinadas controladas, parques eólicos com contratos de arrendamento do terreno, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

4.8. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

4.8.1. Ágio – Direito de Exploração de concessões

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são

apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

4.8.2. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.9. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente materiais são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.11. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

4.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 21(f)).

4.14. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Alterações à IAS 19 – Planos de Benefício Definido: Contribuições dos Empregados
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012.

- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (3).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (2).
- Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto (1).
- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgações (1).
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (1).
- Alteração à IAS17 – leasing (1).
- Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (1).
- Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2012 – 2014 (1).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	149	1.893	58.723	124.294
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	820	973
Fundos de investimento (b)	30.936	278.632	378.267	687.159
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	433.693	15.985
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>31.085</u>	<u>280.525</u>	<u>871.503</u>	<u>828.411</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 96,88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, Letras Financeiras, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 104,31% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2015	31/12/2014
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.572	1.633
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	2.564	2.654
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.108	1.165
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.805	1.869
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.208	1.261
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	2.564	2.665
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	14.240	14.697
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.386	1.450
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.041	1.088
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	949	990
Bio Ester (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	2.599	-
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	45.044	37.665
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	84,68% *	43.915	38.948
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	91,99% *	7.729	7.050
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	1.174	1.211
Bio Pedra (e)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	1.366	-
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,33% *	2.557	3.835
Salto Góes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	3.094	2.960
Rosa dos Ventos (g)	BNB	CDB	ago/28	DI	99,00% *	4.341	3.839
Campo dos Ventos II (h)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	7.022	3.645
Bio Alvorada (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.860	3.349
Bio Coopcana (i)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	4.054	3.499
Atlântica I (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	7.180	3.103
Atlânticas II (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	6.615	3.138
Atlânticas IV (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	7.396	3.138
Atlânticas V (j)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	6.371	3.139
Novo Horizonte (k)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,03% *	2.865	2.579
Macacos (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	5.729	-
Juremas (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.428	-
Costa Branca (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.771	-
Pedra Preta (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	4.275	-
Desa Eólicas (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	133.647	65.025
Desa Euris I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.142	2.711
Desa Euris III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.668	3.175
Morro dos Ventos I (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	4.746	4.269
Morro dos Ventos II (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	632	-
Morro dos Ventos III (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	4.792	4.311
Morro dos Ventos IV (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	4.476	4.027
Morro dos Ventos IX (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	5.072	4.563
Morro dos Ventos VI (l)	Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	98,92% *	3.792	3.411
Ludesa Energética (m)	Santander	Fundo Títulos Públicos	Indefinido	Diversos	97,61% *	3.799	3.423
Figueirópolis (n)	Banco do Brasil	CDB	Diversos	DI	94,00% *	2.798	2.642
Total						373.386	248.127

(*) Remuneração média na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- Referem-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Énergies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

- d) Referem-se a contas reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado à conta de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida mais três vezes o próximo serviço da dívida vincendo. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- g) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Rosa dos Ventos, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., a qual deve corresponder a seis vezes ao último serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- h) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada Campo dos Ventos II, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes ao último serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- i) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Alvorada e Bio Coopcana que de acordo com o contrato com o BNDES devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- j) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída nas controladas Atlântica I, II, IV e V, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, que devem corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e três vezes a maior prestação mensal do contrato de O&M e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- k) Refere-se conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada Companhia Energética Novo Horizonte, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES, deve corresponder a três vezes o valor da última parcela vencida do serviço da dívida e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- l) Refere-se a conta reserva de Serviço da Dívida e de O&M constituídas nas controladas Desa Eurus I e III, Desa Morro dos Ventos I, II, III, IV, VI, IX, Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca e Conta Reserva Especial constituída na Desa Eólicas, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES deve corresponder a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida e 50% do valor da prestação semestral do contrato de O&M. Adicionalmente, a controlada indireta DESA Eólicas S.A. deverá manter uma conta reserva especial, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da conta centralizadora de suas controladas, até que seu saldo seja equivalente ao somatório do saldo integral mínimo de três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida de todas as suas controladas, até o final do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

- m) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida e de O&M constituída na controlada indireta Ludesa Energética S.A, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES que deve corresponder a soma das últimas três prestações vencidas de principal e juros e a soma dos três últimos pagamentos mensais do contrato de O&M e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.
- n) Refere-se a conta reserva do Serviço da Dívida constituída na controlada indireta Companhia Hidroelétrica Figueirópolis, que de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil, deve corresponder a soma das três parcelas vincendas de principal e juros do contrato de financiamento, e deverá ser mantida até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por instituição financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
BNDES	269.559	182.403
BNB	84.684	55.463
NIB	8.616	7.619
Banco do Brasil	10.527	2.642
Total	<u>373.386</u>	<u>248.127</u>

6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2015	31/12/2014
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	80,19%	23.190	4.888
						<u>23.190</u>	<u>4.888</u>

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa equivalente a 80,19% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2015	31/12/2014
SIIF							
Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	328	321
Bons Ventos		Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	10	10
(b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
Bons Ventos		Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
(b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	105
						443	436

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$328, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a Sulamerica S.A. e Banco Itaú no montante de R\$115, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias	20.215	32.880	223.066	233.614
Operações realizadas na CCEE	225	292	6.287	1.350
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(106)	(27)	(1.629)
Total	20.440	33.066	229.326	233.335

Composição do contas a receber sem considerar o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CCEAR (*)	-	-	35.082	40.645
CER (**)	-	-	25.944	38.330
Mercado Livre	20.440	33.172	53.709	45.086
Proinfa	-	-	114.618	110.903
Total	20.440	33.172	229.353	234.964

(*) Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

(**) Contrato de Energia de Reserva

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$114.618 (50% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa), (ii) R\$42.270 (18% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$25.944 de CER e R\$9.355 de mercado livre e R\$ 6.971 de CCEAR), (iii) R\$35.158 (15% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$37.307 (17% do total) por outras empresas.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data do faturamento.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2015:

Controladora		Consolidado	
	Total		Total
Vencidos		Vencidos	
0 - 15 dias	-	0 - 15 dias	2.384
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	7.117
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	1.796
Acima de 45 dias	232	Acima de 45 dias	3.149
	<u>232</u>		<u>14.446</u>
A vencer		A vencer	
0 - 15 dias	722	0 - 15 dias	100.422
16 - 30 dias	19.486	16 - 30 dias	31.920
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	17.659
Acima de 45 dias	-	Acima de 45 dias	64.906
	<u>20.208</u>		<u>214.907</u>
Total	<u>20.440</u>		<u>229.353</u>
PCLD	-	PCLD	(27)
Total	<u>20.440</u>	Total	<u>229.326</u>

No consolidado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$27 (R\$1.629 em 31 de dezembro de 2014) refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém tal provisão para perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos de renda e contribuição social a compensar	-	259	37.275	36.216
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.351	5.270	25.630	22.208
COFINS	2.371	877	13.589	21.474
PIS	537	190	2.972	4.720
Outros	26	36	1.613	1.673
	<u>6.285</u>	<u>6.632</u>	<u>81.079</u>	<u>86.291</u>
Ativo circulante	6.285	6.632	75.461	70.875
Ativo não circulante	-	-	5.618	15.416
Total	<u>6.285</u>	<u>6.632</u>	<u>81.079</u>	<u>86.291</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas. Estas não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização e conforme expectativa da administração será compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e sobre as aquisições do ativo imobilizado nas controladas diretas da SIIF Énergies.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não circulante</u>	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a receber - consórcios (a)	47.474	44.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a)	(23.774)	(19.795)
Contratos de pré-compra de energia (a)	29.393	30.138
Ativos por indenização (b)	13.950	13.950
Despesas pagas antecipadamente (c)	14.355	15.875
Despesas antecipadas - repactuação ANEEL (d)	6.853	-
Outros créditos a receber	5.107	5.533
Total	<u>79.520</u>	<u>76.108</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2015, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

Em 31 de dezembro de 2015, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

(i) O montante de R\$9.862 é composto da seguinte forma:

- (1) R\$46.474 de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).
- (2) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bio Energia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos Sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.
- (3) (R\$13.838) de provisão para perdas no saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
- (4) (R\$23.774) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

(ii) O montante de R\$29.393, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de

cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do fornecimento mensal de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue a CPFL Bioenergia.

O saldo de “Outros créditos a receber - não circulante” inclui o montante de R\$1.981 a receber, decorrente de pagamento à CCEE de garantia física em nome da Baldin Bioenergia S.A., tendo em vista a expectativa do não recebimento deste montante, em 31 de dezembro de 2014 foi constituída provisão para perda de 100% desse montante, correspondente a parcela a receber da Baldin Bioenergia S.A.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e no intangível o montante de R\$36.952, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$13.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esses valores têm como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- (c) Do montante de R\$14.355: (i) R\$6.503 refere-se a parcela de longo prazo de pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobrás das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, e que está sendo alocada ao resultado como redutora da receita pelo período remanescente dos contratos de venda de energia dessas controladas e, dentro da rubrica de “Outros créditos - circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$624; (ii) R\$1.388 refere-se ao reconhecimento de reembolso de compra de energia, pelo não cumprimento dos prazos acordados pelo fornecedor de aerogerador e que será apropriado ao resultado nos próximos 3 anos; e (iii) R\$6.464 refere-se a compra de matéria prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante está sendo negociado com o consorciado desse projeto para definição de data para o reembolso.
- (d) O montante de R\$6.853 refere-se a repactuação do risco hidrológico de geração (GSF) das seguintes usinas: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesha, anuído pela ANEEL por meio dos despachos: nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015, conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015, e na Resolução Normativa Aneel nº 684/2015 (nota explicativa nº 31). Dentro da rubrica de “Outros créditos – circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$2.284.

10. PARTES RELACIONADAS

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	30.949	278.860	-	-	11.934	21.542
Sub total	30.949	278.860	-	-	11.934	21.542
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Atlântica I	-	-	-	-	-	4.389
Atlântica II	-	-	-	-	-	1.016
Atlântica IV	-	-	-	-	-	4.811
Atlântica V	-	-	-	-	736	1.612
Barra da Paciência	-	456	-	-	180	601
Bio Alvorada	480	-	-	-	27.975	15.390
Bio Coopcana	8.702	-	-	-	16.704	22.195
Bio Formosa	39	-	-	-	438	-
Bio Pedra	-	-	-	-	3.804	-
Bioenergia	-	-	-	-	-	829
Chimay	-	-	-	-	602	-
Corrente Grande	1.561	9.569	-	-	-	9.600
Costa Branca	-	-	-	-	285	-
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	2.490
Jayaditya	-	-	-	-	27	6.225
Juremas	-	-	-	-	548	4.320
Macacos	-	-	-	-	1.487	5.587
Mohini	-	-	-	-	274	-
Morro dos Ventos II	1.650	-	-	-	2.287	-
Ninho da Águia	-	544	-	-	1.735	552
PaioI	6.144	15.748	-	-	-	15.891
Pedra Preta	-	-	-	-	294	-
São Gonçalo	-	1.735	-	-	-	1.757
Solar I	-	65	-	-	-	65
Várzea Alegre	-	4.529	-	-	-	4.544
Sub total	18.576	32.646	-	-	57.376	101.874

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	-	25	-	-	234	317
Arvoredo	-	729	-	-	201	272
Atlântica I	17	14	-	-	235	233
Atlântica II	17	11	-	-	227	200
Atlântica IV	17	21	-	-	272	222
Atlântica V	25	11	-	-	267	228
Barra da Paciência	-	313	-	-	234	317
Bio Alvorada	-	-	-	-	-	633
Bio Coopcana	-	-	-	-	-	42
Bioenergia	8	11	-	-	100	174
Boa Vista II	147	-	-	-	-	-
Bons Ventos	-	137	-	-	2.376	2.256
Campos dos Ventos I	-	-	-	-	32	59
Campos dos Ventos II	50	14	-	-	393	145
Campos dos Ventos III	316	88	-	-	-	463
Campos dos Ventos IV	-	-	-	-	32	-
Campos dos Ventos V	-	-	-	-	32	59
Chimay	-	84	-	-	802	1.086
Cocais Grande	-	32	-	-	301	407
Corrente Grande	-	219	-	-	201	271
Costa Branca	30	103	-	-	317	393
Dobrevê	138	1	-	-	152	-
Eólica Formosa	39	53	-	-	541	660
Eólica Icaraizinho	-	74	-	-	705	954
Eólica Paracuru	41	14	-	-	440	332
Eurus I	271	-	-	-	355	-
Eurus III	225	-	-	-	357	-
Eurus VI	30	-	-	-	343	1
Jayaditya	-	46	-	-	434	588
Juremas	30	14	-	-	407	52
Macacos	30	14	-	-	407	52
Mata Velha	1.363	-	-	-	-	-
Mohini	-	49	-	-	468	633
Morro dos Ventos I	153	-	-	-	388	-
Morro dos Ventos II	30	-	-	-	340	-
Morro dos Ventos III	271	-	-	-	388	-
Morro dos Ventos IV	343	-	-	-	386	-
Morro dos Ventos IX	271	-	-	-	420	-
Morro dos Ventos VI	30	-	-	-	354	-
Ninho da Águia	8	200	-	-	206	407
PaioI	-	699	-	-	301	407
Pedra Cheirosa I	124	25	-	-	-	84
Pedra Preta	30	14	-	-	407	52
Plano Alto	32	89	-	-	201	331
Rosa dos Ventos	-	88	-	-	555	820
Salto Goês	-	21	-	-	201	272
Santa Clara I	-	35	-	-	531	395
Santa Clara II	96	25	-	-	519	204
Santa Clara III	50	28	-	-	515	236
Santa Clara IV	96	14	-	-	484	16
Santa Clara V	50	14	-	-	484	16
Santa Clara VI	50	14	-	-	484	16
Santa Luzia	17	46	-	-	232	177
Santa Mônica	-	-	-	-	-	63
Santa Ursula	-	-	-	-	-	63
Santo Dimas	-	-	-	-	-	63
São Benedito	-	-	-	-	-	63
São Domingos	542	76	-	-	-	407
São Gonçalo	-	42	-	-	401	543
São Martinho	238	76	-	-	-	765
Siif Cinco	-	105	-	-	595	1.083
Sul Centrais	-	56	-	-	535	838
Varginha	17	169	-	-	201	271
Várzea Alegre	-	11	-	-	100	136
Sub total	5.242	3.924	-	-	20.093	18.777
Total	54.767	315.430	-	-	89.403	142.193

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Não circulante:						
Empréstimos a receber:						
Bio Alvorada (d)	-	-	-	-	-	959
Bio Coopcana (d)	-	-	-	-	-	77
Bio Formosa (d)	-	-	-	-	-	334
Campos dos Ventos II (d)	-	-	-	-	-	360
Lacenas (d)	-	-	-	-	-	21
Sul Centrais (b)	1.093	4.222	-	-	215	314
Sócios não controladores (d)	5.229	4.308	-	-	914	563
Sub total	6.322	8.530	-	-	1.129	2.628
Aplicações Vinculadas						
Bradesco	-	-	-	-	-	101
Sub total	-	-	-	-	-	101
Total	6.322	8.530	-	-	1.129	2.729

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo						
Circulante:						
Empréstimos com controladas:						
Alto Irani (d)	-	-	4.829	2.980	(357)	(5)
Arvoredo (d)	-	-	6.398	6.776	(520)	(449)
Barra da Paciência (d)	-	-	3.551	3.276	(274)	(217)
Bio Buriti (d)	-	-	17.800	11.507	(490)	(24)
Bio Formosa (d)	-	-	1.618	-	(144)	-
Bio Ipê (d)	-	-	13.712	11.594	(965)	(27)
Bio Pedra (d)	-	-	28.212	21.304	(2.037)	(51)
Bons Ventos (d)	-	-	58.740	-	(140)	-
Campo dos Ventos I (d)	-	-	-	8.570	(111)	(34)
Campo dos Ventos III (d)	-	-	-	7.220	(24)	(31)
Campo dos Ventos V (d)	-	-	-	8.882	(132)	(34)
Chimay (d)	-	-	31.218	-	(1.154)	-
Cocais Grande (d)	-	-	4.749	4.382	(367)	(291)
Corrente Grande (d)	-	-	306	904	(41)	(60)
Dobrevê (d)	-	-	-	-	-	(8)
Eólica Formosa (d)	-	-	30.381	8.334	(2.190)	(16)
Eólica Icarazinho (d)	-	-	51.979	39.357	(3.716)	(302)
Eólica Paracuru (d)	-	-	25.142	23.356	(1.912)	(148)
Eurus VI (d)	-	-	8.411	6.702	(433)	(25)
Jayaditya	-	-	6.771	-	(249)	-
Mohini (d)	-	-	26.829	-	(1.147)	-
Ninho da Águia (d)	-	-	9.690	10.134	(766)	(672)
PaioI (d)	-	-	2.149	3.781	(218)	(251)
PCH Holding (d)	-	-	42.119	-	(426)	-
PCH Participações (d)	-	-	10.198	-	(169)	-
Pedra Cheirosa I (d)	-	-	9.661	6.813	(567)	(16)
Pedra Cheirosa II (d)	-	-	10.020	6.471	(577)	(16)
Plano Alto (d)	-	-	4.024	2.675	(299)	(5)
Rosa dos Ventos (d)	-	-	3.854	6.855	(246)	(16)
Salto Góes	-	-	-	-	(77)	-
Santa Clara I (d)	-	-	10.828	2.982	(265)	(7)
Santa Clara II (d)	-	-	23.659	14.898	(1.106)	(58)
Santa Clara III (d)	-	-	21.963	15.005	(1.280)	(54)
Santa Clara IV (d)	-	-	30.222	21.169	(1.743)	(85)
Santa Clara V (d)	-	-	28.494	4.555	(1.609)	(10)
Santa Clara VI (d)	-	-	31.901	22.256	(1.861)	(87)
Santa Mônica (d)	-	-	1.438	8.378	(122)	(33)
Santa Úrsula (d)	-	-	829	7.828	(85)	(32)
São Benedito (d)	-	-	995	7.979	(98)	(32)
São Domingos (d)	-	-	-	7.169	(13)	(31)
São Gonçalo (d)	-	-	4.294	3.962	(332)	(263)
SIIF Cinco (d)	-	-	-	5.125	(223)	(11)
SIIF Energies do Brasil (d)	-	-	336	405	(27)	(9)
Varginha (d)	-	-	2.310	3.228	(192)	(259)
Varzea Alegre (d)	-	-	2.000	1.845	(154)	(122)
Vento de Santo Dimas (d)	-	-	1.449	8.399	(133)	(33)
Vento de São Martinho (d)	-	-	-	7.149	(13)	(31)
Sub total	-	-	573.079	344.205	(29.004)	(3.855)
Total	-	-	573.079	344.205	(29.004)	(3.855)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores: (nota nº 14)						
Aiuruoca	-	-	1.059	-	-	-
Barra da Paciência	-	-	-	-	-	(37)
Bio Alvorada	-	-	-	-	-	(3.117)
Campos dos Ventos III	-	-	134	-	-	-
Companhia Energética Novo Horizonte	-	-	7.620	-	(8.615)	-
Corrente Grande	-	-	-	-	-	(38)
CPFL Brasil	-	-	722	-	(7.781)	(12.944)
CPFL Comercialização Cone Sul	-	-	-	-	-	(122)
Dobrevê	-	-	1	-	-	-
Morro dos Ventos II	-	-	688	-	(789)	-
Nect consultoria	-	-	608	166	(2.085)	(1.705)
Ninho da Água	-	-	-	-	-	(1)
Paíol	-	-	-	-	-	(50)
Plano Alto	-	-	-	315	-	-
São Domingos	-	-	116	-	-	-
São Gonçalo	-	-	-	-	-	(25)
Várzea Alegre	-	-	-	-	-	(14)
Sub total	-	-	10.948	481	(19.270)	(18.053)
Valores a pagar de empresas ligadas (e)						
Campos dos Ventos III	-	-	54	-	-	-
Mata Velha	-	-	118	-	-	-
Pedra Cheirosa I	-	-	23	-	-	-
São Domingos	-	-	73	-	-	-
São Gonçalo	-	-	1.735	-	-	-
São Martinho	-	-	73	-	-	-
Solar I	-	-	46	-	-	-
Sub total	-	-	2.122	-	-	-
Total	-	-	586.149	344.686	(48.274)	(21.908)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(121)
Total	-	-	1.305	1.292	(13)	(121)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)						
Banco Bradesco	522.570	702.548	-	-	84.537	73.304
Sub total	522.570	702.548	-	-	84.537	73.304
Contas a receber de clientes (nota nº 7)						
Cia de Luz e Força Santa Cruz	61	70	-	-	817	509
CPFL Brasil	30.729	28.195	-	-	243.416	272.260
CPFL Geração	2.464	2.256	-	-	-	-
CPFL Paulista	566	471	-	-	5.176	4.580
CPFL Piratininga	1.320	1.218	-	-	12.855	10.217
RGE Rio Grande Energia	18	15	-	-	192	211
Sub total	35.158	32.225	-	-	262.456	287.777
Total	557.728	734.773	-	-	346.993	361.081
	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	38.171	36.255	-	-	6.290	3.558
Sub total	38.171	36.255	-	-	6.290	3.558
Empréstimos a receber						
Sócios não controladores (c)	7.680	6.281	-	-	1.475	864
Sub total	7.680	6.281	-	-	1.475	864
Total	45.851	42.536	-	-	7.765	4.422
	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo						
Circulante:						
Fornecedores: (nota nº 14)						
CPFL Brasil	-	-	722	3.669	(6.416)	(49.947)
CPFL Comercialização Cone Sul	-	-	-	-	-	(122)
CPFL Paulista	-	-	388	349	(4.527)	(3.277)
CPFL Serviços	-	-	2.546	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba	-	-	-	-	(4)	-
Nect consultoria	-	-	608	166	(2.085)	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	6	5	(55)	(60)
Sub total	-	-	4.270	4.189	(13.087)	(53.406)
Debêntures: (nota nº 16)						
Dobrevê	-	-	18.362	716	(5.123)	(2.952)
Sub total	-	-	18.362	716	(5.123)	(2.952)
Total	-	-	22.632	4.905	(18.210)	(56.358)
Não circulante:						
Debêntures: (nota nº 16)						
Dobrevê	-	-	17.500	35.000	-	-
Sub total	-	-	17.500	35.000	-	-
Total	-	-	17.500	35.000	-	-
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.292	(13)	(121)
Total	-	-	1.305	1.292	(13)	(121)

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se à capitalização de mão-de-obra, capitalização de PLR e rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas, conforme acordado entre as partes.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de vencimento em 30 de novembro de 2020 e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em 2012 e renovados a cada ano, até 2014. Em 2015 foi realizado um novo contrato que estabelece que a liquidação deverá ocorrer na data que a SPE distribuir lucro a seus acionistas. A remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com vencimentos até abril de 2024 e remuneração de TJLP+2% ao ano, para capital de giro.
- (e) Refere-se a valor de rateio de O&M para o ano de 2015 adiantado pelas SPE's.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 ocorreram as seguintes movimentações dos mútuos cedidos e obtidos:

	Controladora				
	31/12/2013	Adição	Juros	Pagamento	31/12/2014
Mútuo ativo	126.492	-	2.628	(120.590)	8.530
Mútuo passivo	50.481	302.130	3.855	(12.261)	344.205

	Controladora				
	31/12/2014	Adição	Juros	Pagamento	31/12/2015
Mútuo ativo	8.530	-	1.129	(3.337)	6.322
Mútuo passivo	344.205	463.126	29.004	(263.256)	573.079

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico CPC 18, demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aiuruoca	15.318	14.828	-	-	15.317	14.826	-	-	(9)	(22)
Alto Itaipu	62.421	62.500	19.714	32.403	42.707	30.097	24.658	16.255	19.475	9.854
Arvoredo	92.621	93.654	34.154	37.160	58.467	56.493	13.765	14.057	3.792	2.926
Atlântica I	132.120	137.138	80.015	87.705	52.105	49.433	17.964	16.925	2.672	1.630
Atlântica II	133.562	136.219	81.916	86.767	51.647	49.452	16.920	13.878	2.107	(2.569)
Atlântica IV	143.605	145.140	79.651	87.555	63.955	57.585	17.704	15.440	3.013	(2.766)
Atlântica V	167.669	164.844	96.410	98.107	71.260	66.736	17.560	14.534	(395)	(772)
Baía Verde	210	254	-	-	210	254	-	-	(44)	(37)
Barra da Paciência	116.174	127.699	58.304	65.720	57.871	61.888	27.065	28.923	6.177	14.280
Bio Alvorada	208.764	212.327	88.750	97.729	120.014	114.599	59.755	56.985	1.132	(9.449)
Bio Bariri	142.118	141.363	4.852	2.922	137.266	138.441	38.767	34.766	1.493	5.040
Bio Coopcana	182.285	168.846	99.288	110.344	82.996	58.502	44.196	51.704	6.649	(24.822)
Bio Formosa	119.884	130.432	32.652	42.510	87.231	87.922	18.703	4.456	(713)	(30.481)
Bio Ipê	38.578	36.229	7.165	7.714	31.412	28.515	23.020	15.302	7.200	5.022
Bio Pedra	259.337	209.349	28.541	357	230.795	208.992	43.188	29.083	25.823	17.602
Bioenergia	83.236	85.115	52.785	55.876	30.450	29.239	23.036	19.470	1.211	(18.448)
Bitup Itá I	-	11	-	152	-	(141)	-	-	(246)	-
Bitup Itá II	-	7	-	48	-	(41)	-	-	(205)	-
Bitup Itá III	-	7	-	100	-	(93)	-	-	(203)	-
Boa Vista 2	17.666	3.045	190	86	17.476	2.959	-	-	356	(278)
Bonanza	2.147	2.147	-	396	2.147	1.751	-	-	396	(28)
Bons Ventos	808.470	803.181	482.443	485.354	326.027	317.827	174.786	163.005	60.204	49.236
BVP	380.366	363.087	21.395	8.392	358.971	354.695	-	-	57.133	45.313
Cachoeira Grande	6.638	6.676	-	27	6.638	6.649	-	-	6	79
Cajueiro	494	501	1	-	493	501	-	-	(9)	(2)
Campos dos Ventos I	125.251	15.344	52.369	1.937	72.881	13.406	-	-	(47)	258
Campos dos Ventos II	145.951	149.164	97.891	100.829	48.060	48.335	19.372	16.980	2.408	2.222
Campos dos Ventos III	117.573	15.025	44.225	1.522	73.348	13.503	-	-	394	95
Campos dos Ventos IV	134	125	105	104	29	21	-	-	(10)	1
Campos dos Ventos V	54.898	15.395	42.351	2.595	12.547	12.800	-	-	16	265
Cherobin	1.760	1.760	194	-	1.566	1.760	-	-	-	-
Chimay	158.289	134.227	32.787	20.304	125.502	113.923	47.759	42.789	24.942	17.174
Cocais Grande	48.219	49.911	22.405	26.307	25.813	23.603	8.053	6.112	2.678	(164)
Comercializadora de Energia	13	13	-	-	13	13	-	(2.190)	-	(7)
Companhia Energética Novo Horizonte	142.637	150.794	46.537	51.278	96.100	99.516	28.841	(14.553)	2.958	9.345
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	138.077	139.630	37.305	45.352	100.772	94.278	20.817	(14.553)	7.910	5.208
Corrente Grande	86.251	97.109	41.365	52.223	44.886	44.886	15.287	18.132	-	(2.499)
Costa Branca	107.925	102.590	77.488	74.119	30.437	28.471	16.107	8.131	2.769	444
Costa das Dimas	831	900	-	-	830	900	-	-	26	(22)
Curral Velho I	1	2	189	-	(188)	1	-	-	(47)	(178)
Curral Velho II	15	28	15	1	-	27	-	-	(8)	(173)
Curral Velho IV	15	5	115	-	(100)	5	-	-	(6)	(175)
Distância	2.539	2.539	-	-	2.539	2.539	-	-	-	-
Dobreçê	932.742	852.807	139.307	146.975	793.434	705.833	454	-	35.467	6.129
Eólicas	414.019	429.122	70.565	72.506	343.454	356.616	-	-	27.412	41.414
Eólica Formosa	442.472	450.447	312.321	318.327	130.152	132.120	101.929	95.601	32.019	27.123
Eólica Holding	150.185	134.634	9.614	426	140.571	134.208	-	-	17.809	7.664
Eólica Icarazinho	288.860	288.072	188.040	188.760	100.820	99.312	68.597	64.975	29.134	25.102
Eólica Paracuru	119.882	113.048	78.787	74.723	41.094	38.325	34.743	33.804	18.227	17.745
Eurus I	107.470	117.730	67.652	70.861	39.818	46.869	15.473	(18.267)	3.219	1.178
Eurus III	109.013	118.194	77.221	82.644	31.792	35.550	19.349	(18.835)	4.690	212
Eurus V	145	112	104	97	41	15	-	-	26	1
Eurus VI	39.309	38.643	2.081	1.240	37.229	37.403	3.978	4.392	1.261	2.012
Faíal de Touro	334	331	-	-	334	331	-	-	3	(44)
Figueira Branca	142	142	-	-	142	142	-	-	(10)	(42)
Gameleira	1.098	1.081	-	1	1.098	1.080	-	-	17	(34)
Jay aditya	46.866	38.480	22.875	20.111	23.990	18.369	19.704	23.337	5.622	(33.266)
Juremas	71.233	71.932	52.541	54.227	18.692	17.706	11.513	10.163	2.865	978
Lacenas	111.184	116.045	36.834	60.820	74.351	55.225	26.726	36.937	6.107	19.975
Laranjinha	738	738	-	132	737	606	-	-	131	(9)
Ludesa	154.112	142.112	22.295	29.538	131.817	112.575	38.949	(27.336)	25.374	(15.756)
Macacos	91.853	93.301	69.119	73.419	22.734	19.883	15.799	13.703	4.575	1.111
Mata Velha	172.706	103.427	145.082	1.688	27.624	101.739	-	-	(801)	(191)
Mohini	92.835	73.998	16.995	8.270	75.840	65.728	36.118	35.680	18.073	14.464
Morro do Vento	783	785	-	782	785	-	-	-	(3)	-
Morro dos Ventos I	120.225	137.088	79.757	86.884	40.468	50.204	21.303	(22.873)	3.577	6.040
Morro dos Ventos II	138.007	86.503	88.680	49.990	49.327	36.513	13.386	-	(2.115)	(80)
Morro dos Ventos III	114.086	129.869	80.040	84.165	34.046	45.704	20.192	(23.688)	1.975	(31.345)
Morro dos Ventos IV	111.735	129.173	75.796	78.689	35.939	50.484	18.782	(22.729)	2.330	(29.960)
Morro dos Ventos IX	126.572	143.830	86.559	89.664	40.013	54.167	39.110	(24.233)	1.394	(31.270)
Morro dos Ventos VI	111.172	134.201	63.840	67.086	47.332	67.116	17.383	(20.980)	2.058	(27.383)
Navegantes	62	2	-	45	62	(43)	-	-	(32)	(27)
Ninho da Água	69.901	73.099	27.014	29.168	42.887	43.931	11.279	9.911	(934)	1.979
Paíol	92.208	105.816	62.729	76.594	29.479	29.222	19.685	25.149	257	(3.431)
PCH Holding	467.547	437.596	17.181	443	450.366	437.153	-	-	16.263	19.752
PCH Holding 2	210.237	200.211	181.392	245.012	28.845	(44.801)	-	-	(17.512)	(21.628)
PCH Participações	909.144	910.893	220.978	226.483	688.167	684.410	-	-	40.649	28.722
Pedra Preta	92.154	92.666	68.615	71.197	23.539	21.468	16.399	8.427	5.663	2.033
Penedo	1.818	1.818	-	1.818	1.818	-	-	-	(1)	-
Plano Alto	44.911	45.359	23.530	25.417	21.380	19.942	17.331	12.262	13.452	7.083
Pedra Cheirosa I	23.498	11.574	641	67	22.857	11.506	-	-	1.006	134
Pedra Cheirosa II	21.231	10.682	252	54	20.979	10.628	-	-	964	125
Renascer Centrais Elétricas	584	584	-	-	584	-	-	-	-	(1)
Rio Claro	1.056	1.056	1.045	321	11	735	-	-	11	-
Rosa dos Ventos	69.370	68.731	33.885	34.946	35.485	33.785	18.354	18.095	11.040	9.021
Safo Góes	182.958	181.321	86.642	88.521	96.316	92.790	18.388	17.196	6.354	1.388
Santa Clara I	148.472	145.505	4.048	2.661	144.424	142.843	20.880	21.868	8.210	9.610
Santa Clara II	136.762	132.712	4.933	2.641	131.829	130.071	18.526	19.646	8.547	9.673
Santa Clara III	135.570	134.278	2.867	2.393	132.704	131.885	18.890	21.554	8.727	11.667
Santa Clara IV	143.342	139.163	6.334	3.928	137.008	135.235	17.637	18.703	8.105	9.260
Santa Clara V	141.898	138.343	4.775	2.374	137.123	135.969	17.723	20.497	8.037	10.997
Santa Clara VI	144.673	140.639	7.984	4.692	136.689	135.947	15.964	18.133	6.578	8.219
Santa Cruz	5.818	5.818	-	13	5.818	5.806	-	-	13	33
Santa Luzia	229.138	227.239	105.377	113.796	123.761	113.443	33.659	33.292	10.318	4.821
Santa Mônica	137.223	14.626	56.745	92	80.478	14.534	-	-	148	214
Santa Ursula	44.205	13.566	30.804	99	13.401	13.467	-	-	39	212
São Benedito	27.605	14.108	13.827	97	13.778	14.011	-	-	(98)	229
São Domingos	126.234	14.063	54.597	532	71.637	13.531	-	-	400	182
São Gonçalo	67.856	72.550	30.465	33.534	37.391	39.016	13.308	14.110	2.653	4.753
SIHF Cinco	113.311	115.670	80.003	82.233	33.307	33.437	28.853	26.880	11.136	8.883
SIHF Desenvolvimento	1.403	1.642	1.082	1.066	521	576	-	-	(55)	(1.495)
SIHF Energies	379.528	363.859	20.798	15.929	358.730	347.930	-	-	88.847	74.690
Solar I	8.143	8.290	5.225	5.392	2.918	2.898	306	293	130	20
Sul Centrais Elétricas	25.687	27.314	8.743	12.453	16.944	14.861	6.658	6.514	1.194	258
T-15	741.437	729.808	367.637	456.872	373.800	272.937	-	-	42.628	(18.884)
Tombo	936	937	-	-	936	937	-	-	(1)	-
Turbina 16	477.767	18	355.206	-	122.561	18	-	-	(180)	(1)
Turbina 17	14	17	-	-	14	17	-	-	(3)	(2)
WF I Holding	430	333	-	-	434	333	-	-	(4)	9.257
WF Wind Holding V	174	179	3	6	172	173	-	-	4	11
WF Wind Holding VII	150	145	1	2	149	143	-	-	4	9
WF Wind Holding VIII	150	146	6	2</						

10.2. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 alcançou o montante de R\$8.683 (R\$8.905 em 2014), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	4.434	4.282
Encargos sociais e benefícios	1.957	1.772
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	13	121
Participação nos lucros	2.272	2.387
Outros	7	343
Total	<u>8.683</u>	<u>8.905</u>

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada 27 de abril de 2015, foi autorizado o montante de R\$10.253, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2015.

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.692.492	4.287.109
Adiantamentos para futuro aumento de capital	178.955	123.290
Direito de exploração de atividade de geração - autorização excluindo os efeitos fiscais	<u>1.598.576</u>	<u>1.677.290</u>
Total do investimento	<u>6.470.023</u>	<u>6.087.689</u>

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	363.717	127.507
Amortização de juros capitalizados	(1.364)	(1.365)
Amortização direito de autorização (i)	(120.461)	(84.358)
Impostos diferidos (i)	41.747	29.176
Subtotal	(78.714)	(55.182)
Total	283.639	70.960

- (i) Apresentado líquido R\$ 78.714 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos.

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado	Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no		do	líquido (passivo a descoberto)		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %		exercício	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Alto Irani	1.031	100%	42.707	19.475	42.707	30.097	19.475	9.854
Atlântica I	431.208	100%	52.105	2.672	52.105	49.433	2.672	1.630
Atlântica II	427.553	100%	51.647	2.107	51.647	49.452	2.107	(2.569)
Atlântica IV	437.619	100%	63.955	3.013	63.955	57.585	3.013	(2.766)
Atlântica V	505.922	100%	71.260	(395)	71.260	66.736	(395)	(772)
Baixa Verde	51	95%	209	(44)	199	241	(42)	(35)
Bio Alvorada	72.780	100%	120.014	1.132	120.014	114.599	1.132	(9.449)
Bio Buri	13.536.704	100%	137.266	1.493	137.266	138.441	1.493	5.040
Bio Coopcana	60.426	100%	82.996	6.649	82.996	58.502	6.649	(24.822)
Bio Energia	45.007	100%	30.450	1.211	30.450	29.239	1.211	(18.448)
Bio Formosa	126.910	100%	87.231	(713)	87.231	87.922	(713)	(30.481)
Bio Ipe	26.241	100%	32.321	7.200	32.321	29.484	7.200	5.022
Bio Pedra	204.972	100%	234.511	25.823	234.511	212.956	25.823	17.602
Boa Vista 1	-	0%	-	-	-	-	-	(3)
Boa Vista 2	3.907	100%	17.475	356	17.475	2.959	356	(278)
Cachoeira Grande	6.632	100%	6.637	6	6.637	6.649	6	79
Cajueiro	45	95%	492	(9)	467	476	(9)	(3)
Campos dos Ventos I	-	0%	72.881	(47)	-	13.406	140	258
Campos dos Ventos III	-	0%	73.348	394	-	13.503	110	95
Campos dos Ventos IV	64	100%	29	(10)	29	21	(10)	1
Campos dos Ventos V	-	0%	12.551	16	-	12.800	43	265
Costa das Dunas	54	90%	831	26	748	810	23	(20)
Dobrevê Energia	12.024.187	100%	846.591	32.906	846.591	761.551	32.906	(1.437)
Eólica Holding	74.390	100%	140.571	17.809	140.571	134.209	17.809	7.664
Eurus V	57	100%	41	26	41	15	26	1
Eurus VI	36.495	100%	37.573	1.261	37.573	37.772	1.261	2.012
Faerol de Touros	49	90%	334	3	301	298	3	(40)
Figueira Branca	94	100%	142	(10)	142	142	(10)	(42)
Gumeleira	855	100%	1.097	17	1.097	1.080	17	(34)
Lacenas	43.506	100%	74.351	6.107	74.351	55.226	6.107	19.975
Navegantes	302	95%	62	(32)	59	-	(30)	-
PCH Holding	436.180	100%	450.366	16.263	450.366	437.153	16.263	19.752
PCH Holding 2	4.979	100%	28.845	(17.512)	28.845	-	(17.512)	-
PCH Participações	26.801	41%	688.195	40.649	282.160	280.620	16.666	11.776
Pedra Cheirosa I	11.423	100%	22.861	1.006	22.861	11.503	1.006	134
Pedra Cheirosa II	10.466	100%	20.979	964	20.979	10.628	964	125
Penedo	2.010	100%	1.817	(1)	1.817	1.818	(1)	-
Plano Alto	921	100%	21.379	13.452	21.379	19.942	13.452	7.083
Rosa dos Ventos	40.040	100%	33.743	11.100	33.743	31.983	11.100	7.711
Salto Góes	74.919	100%	96.315	6.354	96.315	92.790	6.354	1.388
Santa Clara I	139.189	100%	148.000	8.209	148.000	146.656	8.209	9.609
Santa Clara II	136.697	100%	135.052	8.547	135.052	133.507	8.547	9.672
Santa Clara III	136.697	100%	135.484	8.727	135.484	134.850	8.727	11.666
Santa Clara IV	136.697	100%	139.204	8.105	139.204	137.578	8.105	9.259
Santa Clara V	136.697	100%	139.193	8.037	139.193	138.176	8.037	10.996
Santa Clara VI	136.697	100%	138.345	6.578	138.345	137.713	6.578	8.218
Santa Cruz	6.203	100%	5.819	13	5.819	5.806	13	33
Santa Mônica	-	0%	80.478	148	-	14.534	134	214
Santa Ursula	-	0%	13.411	39	-	13.467	65	212
São Benedito	-	0%	13.778	(98)	-	14.011	108	229
São Domingos	-	0%	71.637	400	-	13.531	172	182
SILF Desenvolvimento	173	9%	520	(55)	48	53	(5)	(297)
SILF Energies	327.895	100%	259.910	95.561	259.910	242.402	95.561	81.355
Solar	14	100%	2.918	130	2.918	2.898	130	20
T-15	7.041.140	100%	373.799	42.628	373.799	272.936	42.628	(18.884)
Tombo	1.239	100%	937	-	937	937	-	-
Turbina 16	228.122	100%	122.561	(180)	122.561	18	(179)	(2)
Turbina 17	27	100%	13	(3)	13	16	(3)	(2)
Ventos de Santo Dimas	-	0%	83.337	219	-	14.559	127	231
Ventos de São Martinho	-	0%	42.529	306	-	11.420	98	178
Subtotal					4.692.492	4.287.109	363.717	149.157
Navegantes	302	95%	62	(32)	-	(38)	-	(22)
PCH Holding 2	4.977	100%	28.845	(17.512)	-	(44.801)	-	(21.628)
					4.692.492	4.242.270	363.717	127.507

Controladas indiretas	Quantidade	Participação	Resultado		Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no	Patrimonio líquido	do	líquido (passivo a descoberto)	equivalência patrimonial		
	ações/quotas	capital %	(passivo a descoberto)	exercício		31/12/2015	31/12/2014	
			31/12/2015			31/12/2015	31/12/2014	
Aiuruoca	21.303	100%	15.317	(9)	15.317	14.826	(9)	(22)
Arvoredo	45.995	100%	58.467	3.792	58.467	56.493	3.792	2.926
Barra da Paciência	31.264	100%	57.871	6.177	57.871	61.888	6.177	14.280
Bitupitá I	-	0%	-	-	-	(141)	-	(246)
Bitupitá II	-	0%	-	-	-	(41)	-	(205)
Bitupitá III	-	0%	-	-	-	(93)	-	(203)
Bonanza	2.032	100%	2.147	396	2.147	1.751	396	(28)
Bons Ventos	260.787	100%	326.027	60.204	326.027	317.827	60.204	49.236
BVP	311.106	100%	358.971	57.133	358.971	354.695	57.133	45.313
Campos dos Ventos I	26.764	100%	72.881	(47)	72.881	-	(187)	-
Campos dos Ventos II	41.947	100%	48.060	2.408	48.060	48.335	2.408	2.222
Campos dos Ventos III	66.557	100%	73.348	394	73.348	-	284	-
Campos dos Ventos V	62.483	100%	12.547	16	12.547	-	(27)	-
Cherobim	1.010	11%	1.566	-	172	194	-	-
Chimay	85.538	100%	125.502	24.942	125.502	113.923	24.942	17.174
Cocais Grande	15.377	100%	25.813	2.678	25.813	23.603	2.678	(164)
Comercializadora de Energia	100	100%	13	-	13	13	-	(7)
Companhia Energética Novo Horizonte	96.536	100%	96.100	2.958	96.100	99.516	2.958	9.345
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	34.559	100%	100.772	7.910	100.772	94.278	7.910	4.047
Corrente Grande	27.521	100%	44.886	-	44.886	44.886	-	(2.499)
Costa Branca	19.876	95%	30.437	2.769	28.915	27.047	2.631	422
Curra Velho I	-	0%	(188)	(47)	-	2	-	(178)
Curra Velho II	-	0%	-	(8)	-	27	-	(173)
Curra Velho IV	-	0%	(100)	(6)	-	5	-	(175)
Distância	2.522	100%	2.539	-	2.539	2.539	-	-
Eólica Formosa	92.900	100%	130.152	32.019	130.152	132.120	32.019	27.123
Eólica Icaraiminho	57.930	100%	100.820	29.134	100.820	99.312	29.134	25.102
Eólica Paracuru	22.230	100%	41.094	18.227	41.094	38.325	18.227	17.745
Eólicas	255.648	100%	343.454	27.412	343.454	356.616	27.412	41.414
Eurus I	30.835	100%	39.818	3.219	39.818	46.869	3.219	1.178
Eurus III	22.184	100%	31.792	4.690	31.792	35.550	4.690	212
Jayaditya	1.795	100%	23.990	5.622	23.990	18.369	5.622	(33.266)
Juremas	16.363	95%	18.692	2.865	17.757	16.821	2.722	929
Laranjinha	1.017	100%	737	131	737	606	131	(9)
Ludesa	68.540	40%	131.817	25.374	52.727	45.030	10.150	2.416
Macacos	19.602	95%	22.734	4.575	21.597	18.889	4.346	1.055
Mata Velha	10.322	100%	27.624	(801)	27.624	101.739	(801)	(191)
Mohini	59.933	100%	75.840	18.073	75.840	65.728	18.073	14.464
Morro do Vento	1.200	100%	782	(3)	782	785	(3)	-
Morro dos Ventos I	42.635	100%	40.468	3.577	40.468	36.513	3.577	(80)
Morro dos Ventos II	3.916	100%	49.327	(2.115)	49.327	50.204	(2.115)	6.040
Morro dos Ventos III	36.703	100%	34.046	1.975	34.046	45.704	1.975	7.656
Morro dos Ventos IV	41.433	100%	35.939	2.330	35.939	50.484	2.330	7.231
Morro dos Ventos IX	45.666	100%	40.013	1.394	40.013	67.116	1.394	6.402
Morro dos Ventos VI	62.312	100%	47.332	2.058	47.332	54.167	2.058	7.137
Ninho da Água	33.897	100%	42.887	(934)	42.887	43.931	(934)	1.979
Paol	27.428	100%	29.479	257	29.479	29.222	257	(3.431)
PCH Participações	38.562	59%	688.167	40.649	406.019	403.802	23.983	16.946
Pedra Preta	19.090	95%	23.539	5.663	22.362	20.395	5.380	1.931
Renascer Centrais Elétricas	27.416	100%	584	-	584	584	-	(1)
Rio Claro	371	6%	11	11	1	44	1	-
Santa Luzia	89.288	100%	123.761	10.318	123.761	113.443	10.318	4.821
Santa Mônica	78.602	100%	80.478	148	80.478	-	14	-
Santa Ursula	66.007	100%	13.401	39	13.401	-	(26)	-
São Benedito	87.757	100%	13.778	(98)	13.778	-	(206)	-
São Domingos	69.249	100%	71.637	400	71.637	-	228	-
São Gonçalo	28.734	100%	37.391	2.653	37.391	39.016	2.653	4.753
SIBF Cinco	24.030	100%	33.307	11.136	33.307	33.437	11.136	8.883
SIBF Desenvolvimento	1.720	91%	521	(55)	473	523	(50)	(1.358)
Sul Centrais Elétricas	14.183	100%	16.944	1.194	16.944	14.861	1.194	258
Varginha	20.692	100%	30.433	973	30.433	29.460	973	1.708
Varginha - DESA	1	6%	11	11	1	20	1	-
Varzea Alegre	24.644	100%	30.055	(210)	30.055	30.265	(210)	126
Ventos de Santo Dims	81.058	100%	83.337	219	83.337	-	92	-
Ventos de São Martinho	41.206	100%	42.529	306	42.529	-	208	-
WF 1 Holding	9.903	100%	430	(4)	434	333	(4)	9.257
WF Wind Holding V	1.504	100%	172	4	172	173	4	11
WF Wind Holding VII	1.327	100%	149	4	149	143	4	9
WF Wind Holding VIII	1.504	100%	144	-	144	144	-	9

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 - controladora:

	Saldo em 31/12/2013	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Reestruturação societária	Aquisição (nota explicativa 1.1 e 1.2)	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Saldo em 31/12/2014
Alto Irani	45.631	-	-	-	-	-	9.854	(3.000)	(22.388)	30.097
Atlântica I	5.483	42.320	-	-	-	-	1.630	-	-	49.433
Atlântica II	3.482	48.539	-	-	-	-	(2.569)	-	-	49.452
Atlântica IV	4.486	55.865	-	-	-	-	(2.766)	-	-	57.585
Atlântica V	6.511	60.997	-	-	-	-	(772)	-	-	66.736
Baixa Verde	276	-	-	-	-	-	(35)	-	-	241
Bio Alvorada	26.942	97.106	-	-	-	-	(9.449)	-	-	114.599
Bio Buri	148.400	(8.200)	-	-	-	-	5.040	(6.799)	-	138.441
Bio Coopcana	23.463	59.861	-	-	-	-	(24.822)	-	-	58.502
Bio Energia	42.627	5.060	-	-	-	-	(18.448)	-	-	29.239
Bio Formosa	115.061	7.135	-	-	-	-	(30.481)	-	(3.793)	87.922
Bio Ipe	27.811	166	(61)	-	-	-	5.022	(3.454)	-	29.484
Bio Pedra	212.617	13.153	(249)	-	-	-	17.602	(30.167)	-	212.956
Boa Vista 1	12	-	-	-	(9)	-	(3)	-	-	-
Boa Vista 2	2.456	781	-	-	-	-	(278)	-	-	2.959
Cachoeira Grande	7.570	(1.000)	-	-	-	-	79	-	-	6.649
Cajueiro	479	-	-	-	-	-	(3)	-	-	476
Campos dos Ventos I	9.254	3.894	-	-	-	-	258	-	-	13.406
Campos dos Ventos III	8.804	4.604	-	-	-	-	95	-	-	13.503
Campos dos Ventos IV	123	-	-	-	-	-	1	-	(103)	21
Campos dos Ventos V	9.416	3.387	-	-	-	-	265	-	(268)	12.800
Costa das Dunas	830	-	-	-	-	-	(20)	-	-	810
Dobrevê Energia	-	-	-	-	-	762.988	(1.437)	-	-	761.551
Eólica Holding	87.757	38.788	-	-	-	-	7.664	-	-	134.209
Eurus V	111	-	-	-	-	-	1	-	(97)	15
Eurus VI	41.981	(3.471)	(23)	-	-	-	2.012	(2.727)	-	37.772
Farol de Touro	338	-	-	-	-	-	(40)	-	-	298
Figueira Branca	113	71	-	-	-	-	(42)	-	-	142
Gameleira	1.114	-	-	-	-	-	(34)	-	-	1.080
Lacenas	54.146	3.099	-	-	-	-	19.975	(6.319)	(15.675)	55.226
PCH Holding	447.576	264	-	-	-	-	19.752	(30.439)	-	437.153
PCH Participações	294.158	(7.403)	-	-	-	-	11.776	(17.911)	-	280.620
Pedra Cheirosa I	-	11.250	-	-	119	-	134	-	-	11.503
Pedra Cheirosa II	-	10.303	-	-	200	-	125	-	-	10.628
Penedo	1.808	10	-	-	-	-	-	-	-	1.818
Plano Alto	33.822	-	-	-	-	-	7.083	(2.000)	(18.963)	19.942
Rosa dos Ventos	-	-	-	-	-	26.221	7.711	(1.949)	-	31.983
Salto Góes	94.503	-	-	-	-	-	1.388	(776)	(2.325)	92.790
Santa Clara I	154.024	(7.441)	(238)	-	-	-	9.609	(9.298)	-	146.656
Santa Clara II	133.406	-	(215)	-	-	-	9.672	(9.356)	-	133.507
Santa Clara III	133.706	-	(185)	-	-	-	11.666	(10.337)	-	134.850
Santa Clara IV	137.934	-	(146)	-	-	-	9.259	(9.469)	-	137.578
Santa Clara V	137.789	-	(138)	-	-	-	10.996	(10.471)	-	138.176
Santa Clara VI	137.743	-	(110)	-	-	-	8.218	(8.138)	-	137.713
Santa Cruz	6.273	(500)	-	-	-	-	33	-	-	5.806
Santa Mônica	8.345	5.975	-	-	-	-	214	-	-	14.534
Santa Ursula	7.707	5.548	-	-	-	-	212	-	-	13.467
São Benedito	7.807	5.975	-	-	-	-	229	-	-	14.011
São Domingos	7.940	5.409	-	-	-	-	182	-	-	13.531
SIIF Energies	309.722	309	-	-	(29.592)	-	81.355	(117.545)	(1.847)	242.402
SIIF Desenvolvimento	-	-	-	256	94	-	(297)	-	-	53
Solar	-	2.891	-	-	(13)	-	20	-	-	2.898
T-15	325.422	-	-	-	-	-	(18.884)	-	(33.602)	272.936
Tombo	932	5	-	-	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	20	-	-	-	-	-	(2)	-	-	18
Turbina 17	18	-	-	-	-	-	(2)	-	-	16
Ventos de Santo Dimas	8.352	5.976	-	-	-	-	231	-	-	14.559
Ventos de São Martinho	7.966	3.276	-	-	-	-	178	-	-	11.420
Subtotal do investimento	3.284.267	474.002	(1.365)	256	(29.201)	789.209	149.157	(280.155)	(99.061)	4.287.109
Navegantes (*)	(16)	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(38)
PCH Holding 2 (*)	(23.381)	208	-	-	-	-	(21.628)	-	-	(44.801)
Solar (*)	(13)	-	-	-	13	-	-	-	-	-
SIIF Desenvolvimento (*)	(30.101)	1.169	-	(256)	29.188	-	-	-	-	-
Total do investimento	3.230.756	475.379	(1.365)	-	-	789.209	127.507	(280.155)	(99.061)	4.242.270

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

	Saldo em	Aumento / (Reduções)	Amortização Capitalização	Transferência	Reestruturação	Resultado de equivalência	Saldo em
	31/12/2014	de capital	de Juros	de Investimento	societária	patrimonial	31/12/2015
Alto Irani	30.097	-	-	-	-	19.475	42.707
Atlântica I	49.433	-	-	-	-	2.672	52.105
Atlântica II	49.452	88	-	-	-	2.107	51.647
Atlântica IV	57.585	3.357	-	-	-	3.013	63.955
Atlântica V	66.736	4.919	-	-	-	(395)	71.260
Baixa Verde	241	-	-	-	-	(42)	199
Bio Alvorada	114.599	4.283	-	-	-	1.132	120.014
Bio Buriti	138.441	-	-	-	-	1.493	137.266
Bio Coopcana	58.502	17.845	-	-	-	6.649	82.996
Bio Energia	29.239	-	-	-	-	1.211	30.450
Bio Formosa	87.922	22	-	-	-	(713)	87.231
Bio Ipe	29.484	745	(60)	-	-	7.200	32.321
Bio Pedra	212.956	-	(248)	-	-	25.823	234.511
Boa Vista 2	2.959	14.160	-	-	-	356	17.475
Cachoeira Grande	6.649	-	-	-	-	6	6.637
Cajueiro	476	-	-	-	-	(9)	467
Campos dos Ventos I	13.406	-	-	-	(13.457)	140	-
Campos dos Ventos III	13.503	-	-	-	(13.519)	110	-
Campos dos Ventos IV	21	18	-	-	-	(10)	29
Campos dos Ventos V	12.800	-	-	-	(12.577)	43	-
Costa das Dunas	810	-	-	-	-	23	748
Dobrevê Energia	761.551	59.101	-	-	-	32.906	846.591
Eólica Holding	134.209	-	-	-	-	17.809	140.571
Eurus V	15	-	-	-	-	26	41
Eurus VI	37.772	-	(23)	-	-	1.261	37.573
Farol de Touros	298	-	-	-	-	3	301
Figueira Branca	142	10	-	-	-	(10)	142
Gameleira	1.080	-	-	-	-	17	1.097
Lacenas	55.226	22.153	-	-	-	6.107	74.351
Navegantes	-	127	-	(38)	-	(30)	59
PCH Holding	437.153	-	-	-	-	16.263	450.366
PCH Holding 2	-	91.158	-	(44.801)	-	(17.512)	28.845
PCH Participações	280.620	-	-	-	-	16.666	282.160
Pedra Cheirosa I	11.503	10.668	-	-	-	1.006	22.861
Pedra Cheirosa II	10.628	9.778	-	-	-	964	20.979
Penedo	1.818	-	-	-	-	(1)	1.817
Plano Alto	19.942	-	-	-	-	13.452	21.379
Rosa dos Ventos	31.983	-	-	-	-	11.100	33.743
Salto Góes	92.790	-	-	-	-	6.354	96.315
Santa Clara I	146.656	-	(238)	-	-	8.209	148.000
Santa Clara II	133.507	-	(215)	-	-	8.547	135.052
Santa Clara III	134.850	-	(185)	-	-	8.727	135.484
Santa Clara IV	137.578	-	(147)	-	-	8.105	139.204
Santa Clara V	138.176	100	(137)	-	-	8.037	139.193
Santa Clara VI	137.713	-	(111)	-	-	6.578	138.345
Santa Cruz	5.806	-	-	-	-	13	5.819
Santa Mônica	14.534	-	-	-	(14.454)	134	-
Santa Ursula	13.467	-	-	-	(13.436)	65	-
São Benedito	14.011	-	-	-	(13.984)	108	-
São Domingos	13.531	-	-	-	(13.703)	172	-
SIIF Desenvolvimento	53	-	-	-	-	(5)	48
SIIF Energies	242.402	-	-	-	-	95.561	259.910
Solar	2.898	-	-	-	-	130	2.918
T-15	272.936	24.970	-	-	-	42.628	373.799
Tombo	937	-	-	-	-	-	937
Turbina 16	18	1.537	-	-	121.185	(179)	122.561
Turbina 17	16	-	-	-	-	(3)	13
Ventos de Santo Dimas	14.559	-	-	-	(14.537)	127	-
Ventos de São Martinho	11.420	-	-	-	(11.518)	98	-
Subtotal do investimento	4.287.109	265.039	(1.364)	(44.839)	-	363.717	4.692.492
Navegantes (*)	(38)	-	-	38	-	-	-
PCH Holding 2 (*)	(44.801)	-	-	44.801	-	-	-
Total do investimento	4.242.270	265.039	(1.364)	-	-	363.717	4.692.492

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Direitos de exploração líquido dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
Aiuruoca	20.657	-	-	3.742	(2.000)	22.399
Alto Irani	102.257	-	-	(6.195)	(3.243)	92.819
Arvoredo	21.035	-	-	(1.209)	(1.265)	18.561
Atlântica I	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica II	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica IV	308	-	-	(8)	-	300
Atlântica V	308	-	-	(8)	-	300
Baixa Verde	3.200	-	-	-	1.661	4.861
Barra da Paciência	27.390	-	-	(2.138)	(539)	24.713
Boa Vista 2	48.873	-	-	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	-	(1)	1.751
Cajueiro	4.890	-	-	-	1.710	6.600
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	(228)	-	5.350
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	(415)	2.812
Cocais Grande	16.181	-	-	(930)	(973)	14.278
Corrente Grande	16.994	-	-	(1.301)	(363)	15.330
Costa Branca	32.311	-	-	(714)	841	32.438
Costa das Dunas	1.851	-	-	-	(49)	1.802
Dobrevê Energia S.A.	-	337.256	-	(2.116)	-	335.140
Eólica Formosa	135.258	-	-	(7.305)	1.936	129.889
Eólica Icaraizinho	208.216	-	-	(11.246)	3.010	199.980
Eólica Paracuru	137.888	-	-	(7.447)	1.192	131.633
Eurus V	3.227	-	-	-	-	3.227
Eurus VI	1.246	-	-	(36)	(417)	793
Farol de Touros	2.144	-	-	-	138	2.282
Figueira Branca	1.608	-	-	-	-	1.608
Gameleira	2.144	-	-	-	-	2.144
Juremas	25.551	-	-	(590)	693	25.654
Lacenas	9.794	-	-	(533)	155	9.416
Macacos	33.471	-	-	(772)	908	33.607
Ninho da Águia	16.181	-	-	(930)	(973)	14.278
Paiof	32.362	-	-	(1.860)	(1.947)	28.555
Pedra Cheirosa I	23.799	-	(171)	1.625	342	25.594
Pedra Cheirosa II	21.419	-	(154)	1.463	307	23.036
Pedra Preta	33.475	-	-	(771)	908	33.612
Penedo	24.210	-	-	-	-	24.210
Plano Alto	76.079	-	-	(4.220)	136	71.995
Rosa dos Ventos	-	44.709	-	(2.032)	-	42.677
Salto Goes	35.268	-	-	(1.573)	169	33.864
Santa Clara I	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara II	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara III	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara IV	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Clara V	4.976	-	-	(142)	1	4.835
Santa Clara VI	4.976	-	-	(142)	-	4.834
Santa Cruz	850	-	-	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	17.801	-	-	(1.023)	(1.071)	15.707
SIIF Cinco	81.919	-	-	(4.424)	2.000	79.495
Tombo	17.493	-	-	-	-	17.493
Varginha	14.556	-	-	(837)	(876)	12.843
Várzea Alegre	12.130	-	-	(698)	(730)	10.702
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.350.832	381.965	(325)	(55.182)	-	1.677.290

	Controladora			Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Transferência	
Aiuruoca	22.399	-	104	22.503
Alto Irani	92.819	(5.373)	(396)	87.050
Arvoredo	18.561	(941)	1.958	19.578
Atlântica I	300	(11)	2	291
Atlântica II	300	(11)	2	291
Atlântica IV	300	(11)	2	291
Atlântica V	300	(11)	2	291
Baixa Verde	4.861	-	(1.654)	3.207
Barra da Paciência	24.713	(730)	(3.999)	19.984
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.751	-	1	1.752
Cajueiro	6.600	-	(1.611)	4.989
Campos dos Ventos I	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos II	5.350	(172)	(1)	5.177
Campos dos Ventos III	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos IV	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos V	2.812	-	830	3.642
Cocais Grande	14.278	(1.023)	1.130	14.385
Corrente Grande	15.330	(587)	(1.998)	12.745
Costa Branca	32.438	(952)	(2.127)	29.359
Costa das Dunas	1.802	-	1.333	3.135
Eólica Formosa	129.889	(14.548)	(127)	115.214
Eólica Icaraizinho	199.980	(9.612)	(3.199)	187.169
Eólica Paracuru	131.633	(5.004)	(7.358)	119.271
Eurus I	43.805	(2.338)	1.843	43.310
Eurus III	43.805	(2.338)	1.843	43.310
Eurus V	3.227	-	415	3.642
Eurus VI	793	(40)	419	1.172
Farol de Touros	2.282	-	130	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueiropolis	4.357	(26)	(46)	4.285
Gameleira	2.144	-	-	2.144
Juremas	25.654	(786)	(694)	24.174
Lacenas	9.416	(620)	(342)	8.454
Ludesa	52.075	(2.794)	1.543	50.824
Macacos	33.607	(1.029)	(909)	31.669
Mata Velha	17.577	(777)	723	17.523
Morro dos Ventos I	33.976	(1.775)	1.383	33.584
Morro dos Ventos II	2.158	(115)	113	2.156
Morro dos Ventos III	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Morro dos Ventos IV	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Morro dos Ventos VI	33.976	(1.778)	1.386	33.584
Morro dos Ventos IX	35.459	(1.852)	1.444	35.051
Ninho da Águia	14.278	(1.035)	1.142	14.385
PaioI	28.555	(2.304)	3.767	30.018
Pedra Cheirosa I	25.594	-	903	26.497
Pedra Cheirosa II	23.036	-	799	23.835
Pedra Preta	33.612	(1.027)	(907)	31.678
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	71.995	(3.223)	(2.432)	66.340
Rosa dos Ventos	42.677	(2.440)	1	40.238
Salto Goes	33.864	(1.324)	(27)	32.513
Santa Clara I	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara II	4.834	(157)	1	4.678
Santa Clara III	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara IV	4.834	(160)	2	4.676
Santa Clara V	4.835	(156)	1	4.680
Santa Clara VI	4.834	(159)	1	4.676
Santa Cruz	850	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	15.707	(1.400)	1.541	15.848
SIIF Cinco	79.495	(4.215)	(4.378)	70.902
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.843	(964)	1.068	12.947
Várzea Alegre	10.702	(1.020)	1.107	10.789
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.677.290	(78.714)	-	1.598.576

O direito de exploração será amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Incorporações

- a) Em 15 de outubro de 2014, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da SPE Boa Vista 1 Energia S.A. (“Boa Vista 1”) pela sua acionista minoritária PCH Holding S.A., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, a SPE Boa Vista 1 foi extinta, e o capital social da PCH Holding aumentou em R\$11, mediante a emissão de 10.767 novas ações ordinárias. Tendo em vista que a Companhia era a controladora da Boa Vista 1, as novas ações foram emitidas em nome da CPFL Renováveis em substituição as ações que possuía no capital social da incorporada.
- b) Em 15 de outubro de 2014, os sócios, aprovaram por meio de Reunião de Sócios, a incorporação das SPEs: Bitupita I Energia S.A., Bitupita II Energia S.A. e Bitupita III Energia S.A. (“SPEs Bitupitas”) pela sua acionista majoritária SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação, também aprovados na referida data. Como resultado da incorporação, as SPEs Bitupitas foram extintas, não houve alteração no capital social da SIIF Desenvolvimento, nem tampouco alteração na sua estrutura acionária. Essa incorporação só foi registrada nos livros contábeis após o cumprimento de todas as exigências da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp e do registro da respectiva Ata de Reunião de Sócios, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2015.

Transferência de contratos societários

- Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto, realizadas pelo valor de livros.
 - a) Em 28 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a SIIF Énergies do Brasil Ltda. (“SIIF Énergies”) efetuaram aumento de capital na SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”), nos montantes de R\$1.169 e R\$469, respectivamente, utilizando o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Com esse aumento, a CPFL Renováveis, antes detentora de 99,99% do capital social da SIIF Desenvolvimento, passou a ter 86,93% do capital social e a SIIF Énergies passou a ter a participação de 13,07%. Após essa operação, a SIIF Énergies, efetuou um novo aumento de capital na SIIF Desenvolvimento, no montante de R\$30.533, referente aos saldos em aberto de mútuo a receber e compartilhamento de despesas a receber. Com esse aumento a SIIF Énergies passou a ser controladora da SIIF Desenvolvimento, detendo a participação de 90,84% do capital social e a CPFL Renováveis passou a deter a participação de 9,16% do capital social da SIIF Desenvolvimento. Considerando que a CPFL Renováveis é controladora da SIIF Énergies, com participação de 99,99% do capital social, a mesma passou a ser controladora indireta da SIIF Desenvolvimento.

- b) Em 31 de agosto de 2015, a CPFL Renováveis efetuou aumento de capital na SPE Turbina 16 Energia S.A. (“SPE Turbina 16”), no montante de R\$121.258, mediante a emissão de 228.087.294 novas ações, utilizando 99,99% da participação societária que possuía nas seguintes empresas: Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.; Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.; Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.; Santa Mônica Energias Renováveis S.A.; Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.; São Benedito Energias Renováveis S.A.; São Domingos Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Nesta mesma data, a PCH Holding 2 S.A. (“PCH Holding 2”), acionista minoritária da SPE Turbina 16, renunciou expressamente, o seu respectivo direito de preferência na subscrição das novas ações. O objetivo desta transferência de controle é o de viabilizar a contratação de financiamentos para as respectivas empresas mencionadas acima. Com esse aumento a CPFL Renováveis continuou a deter a participação de 99,99% do capital social da SPE Turbina 16.

Adiantamentos para futuros aumentos de capital - (a)

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014
Alto Irani	-	1.541
Atlântica II	125	87
Atlântica IV	-	1.875
Atlântica V	-	4.918
Bio Coopcana	-	6.664
Bio Energia	4.863	50
SPE Navegantes Energia S.A.	-	45
Boa Vista 2	-	25
Campo dos Ventos I	-	28
Campo dos Ventos III	-	86
Dobrevê Energia	8.872	-
Eólica Holding	889	-
PCH Holding 2	4.385	3.019
PCH Participações	-	25
São Domingos Energias	-	338
São Martinho	-	385
SIIF Desenvolvimento	1.061	995
SIIF Energies	3.178	-
SPE Turbina 16	77.342	-
T-15	78.240	103.209
	<u>178.955</u>	<u>123.290</u>

- (a) Saldos referentes a aportes de capital a título de adiantamentos para futuros aumentos de capital em suas controladas. A Companhia pretende integralizá-los até 30 de junho de 2016.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía saldo de dividendos declarados a receber das seguintes SPEs:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014
Alto Irani	18.794	22.388
Bio Formosa	3.794	3.793
Campos dos Ventos III	95	-
Campos dos Ventos IV	104	103
Campos dos Ventos V	-	268
Dobrevê	6.967	-
Eólica Holding	8.706	-
Eurus V	97	97
Lacenas	-	15.675
PCH Holding	3.050	-
PCH Participações	2.816	-
Pedra Cheirosa I	238	-
Pedra Cheirosa II	229	-
Plano Alto	22.866	18.963
Rosa dos ventos	1.089	-
Salto Góes	4.793	2.325
SIIF Energies	3.647	1.847
Solar	107	-
T-15	336	33.602
	<u>77.728</u>	<u>99.061</u>

Movimentação dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora			
	31/12/2013	Adição	Pagamento	31/12/2014
Dividendos a receber	-	379.216	(280.155)	99.061

	Controladora			
	31/12/2014	Adição	Pagamento	31/12/2015
Dividendos a receber	99.061	177.170	(198.503)	77.728

12. IMOBILIZADO

Controladora							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2013	3.813	1.498	5.638	475	1.216	221	12.861
Custo histórico	3.813	1.601	6.344	587	1.368	221	13.934
Depreciação acumulada	-	(103)	(706)	(112)	(152)	-	(1.073)
Adições	-	-	-	-	-	2.714	2.714
Baixas	-	-	(371)	(180)	(11)	-	(562)
Transferências	-	1.305	594	-	158	(2.057)	-
Depreciação	-	(360)	(565)	(82)	(101)	-	(1.108)
Baixa da depreciação	-	-	175	75	10	-	260
Saldo em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878	14.165
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878	16.086
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-	(1.921)
Taxa média de depreciação - %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

Controladora							
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	3.813	2.443	5.471	288	1.272	878	14.165
Custo histórico	3.813	2.906	6.567	407	1.515	878	16.086
Depreciação acumulada	-	(463)	(1.096)	(119)	(243)	-	(1.921)
Adições	-	-	-	-	-	3.562	3.562
Baixas	-	-	(202)	(154)	-	-	(356)
Transferências (*)	-	-	216	107	-	(107)	216
Depreciação	-	(515)	(476)	(33)	(94)	-	(1.118)
Baixa da depreciação	-	-	36	48	-	-	84
Saldo em 31/12/2015	3.813	1.928	5.045	256	1.178	4.333	16.553
Custo histórico	3.813	2.906	6.581	360	1.515	4.333	19.508
Depreciação acumulada	-	(978)	(1.536)	(104)	(337)	-	(2.955)
Taxa média de depreciação - %	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

(*) O valor de R\$216 é referente a transferência do intangível para imobilizado.

Consolidado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2013	79.409	597.092	518.144	3.195.614	794	3.916	905.444	5.300.413
Custo histórico	85.450	806.334	623.118	3.805.387	1.255	5.985	905.444	6.232.973
Depreciação acumulada	(6.041)	(209.242)	(104.974)	(609.773)	(461)	(2.069)	-	(932.560)
Adições	-	-	-	-	-	-	241.911	241.911
Adição de custo sócioambiental e desmobilização	-	-	9.193	-	-	-	-	9.193
Aquisição Rosa dos Ventos/DESA (nota nº1)	71.868	265.050	107.070	845.345	93	241	330.030	1.619.697
Baixas (**)	(1.772)	-	(12.723)	(14.422)	(180)	(11)	(69.825)	(98.933)
Transferências	500	(3.768)	159.978	1.001.427	3	503	(1.141.647)	16.996
Transferências depreciação	-	94	(3.692)	(13.399)	(1)	2	-	(16.996)
Transferências - Outros Ativos (*)	(24)	162	(7.468)	(5.381)	-	(3)	(3.688)	(16.402)
Depreciação	(3.161)	(31.803)	(29.274)	(233.157)	(173)	(595)	-	(298.163)
Depreciação Aquisição DESA	(222)	(904)	(388)	(1.183)	-	-	-	(2.697)
Baixa de depreciação	-	-	-	142	75	12	-	229
Saldo em 31/12/2014	146.598	825.923	740.840	4.774.986	611	4.065	262.225	6.755.248
Custo histórico	156.022	1.067.778	879.168	5.632.356	1.171	6.715	262.225	8.005.435
Depreciação acumulada	(9.424)	(241.855)	(138.328)	(857.370)	(560)	(2.650)	-	(1.250.187)
TAXA MÉDIA DEPRECIÇÃO	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

(*) O valor de R\$16.402 refere-se a transferência do imobilizado para o intangível.

(**) O valor de R\$98.933 refere-se, substancialmente, a baixa do imobilizado, sendo que R\$5.020 refere-se a investimento na planta do consórcio da controlada Bio Formosa que será reembolsada pelo valor de custo; R\$23.424 refere-se a construção de linha de transmissão da controlada Bio Alvorada a ser reembolsada pelo valor de custo pela distribuidora de energia responsável pela distribuição na região da controlada; e R\$67.342 refere-se a devolução em caixa de adiantamento de fornecedores, pela rescisão de contrato com fornecedor de equipamentos.

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2014	146.598	825.923	740.840	4.774.986	611	4.065	262.225	6.755.248
Custo histórico	156.022	1.067.778	879.168	5.632.356	1.171	6.715	262.225	8.005.435
Depreciação acumulada	(9.424)	(241.855)	(138.328)	(857.370)	(560)	(2.650)	-	(1.250.187)
Adições	-	-	-	-	-	-	521.657	521.657
Baixas (***)	(1.347)	-	(2.627)	(14.286)	(154)	(200)	-	(18.614)
Transferencias	2.338	-	27.914	149.913	107	25	(180.297)	-
Transferencias - Outros Ativos (*)	(24)	2	(6.548)	15.067	(1)	(186)	(1.716)	6.594
Transferencias unitização (**)	(212)	(32.424)	(140.078)	168.968	22	(141)	3.865	-
Transferencias Sinistro Bio Pedra (****)	-	-	(1.402)	(6.614)	-	-	8.016	-
Depreciação	(5.294)	(39.065)	(27.207)	(307.200)	(131)	(399)	-	(379.296)
Baixa de depreciação (***)	-	-	181	2.415	48	100	-	2.744
Baixa de depreciação Sinistro Bio Pedra (****)	-	-	292	1.375	-	-	(1.667)	-
Saldo em 31/12/2015	142.059	754.436	591.365	4.784.624	502	3.264	612.083	6.888.333
Custo histórico	156.777	1.035.356	756.427	5.945.404	1.145	6.213	613.750	8.515.072
Depreciação acumulada	(14.718)	(280.920)	(165.062)	(1.160.780)	(643)	(2.949)	(1.667)	(1.626.739)
TAXA MÉDIA DEPRECIAÇÃO	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

(*) O valor de R\$6.594 é referente a transferência do intangível para imobilizado.

(**) Transferências em decorrência de unitizações.

(***) O valor de R\$15.870 refere-se, substancialmente, a baixa de imobilizado, sendo que R\$1.895 refere-se a construção da linha de transmissão da controlada Bio Alvorada a ser reembolsado pelo valor de custo pela distribuidora de energia responsável pela distribuição na região respectiva e R\$11.032 refere-se a baixa dos equipamentos sinistrados na Bio Pedra.

(****) Transferências de equipamentos sinistrados que serão recuperados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo Líquido		Data prevista de entrada em operação
	31/12/2015	31/12/2014	
Aiuruoca	13.998	13.753	(*)
Alto Irani	351	261	Em operação (a)
Arvoredo	387	387	Em operação (a)
Baixa Verde	142	142	(*)
Bio Buriti	3.777	3.777	Em operação (a)
Bio Formosa	4.967	4.570	Em operação (a)
Bio Pedra	20.911	1.435	Em operação (a)
Bioenergia	2.729	1.795	Em operação (a)
Barra da Paciência	362	-	Em operação (a)
Boa Vista II	2.123	1.606	(*)
Cachoeira Grande	6.513	6.513	(*)
Cajueiro	115	115	(*)
Campos dos Ventos I	24.861	6.435	2T16
Campos dos Ventos II	-	524	Em operação (a)
Campos dos Ventos III	62.493	7.473	2T16
Campos dos Ventos V	24.317	6.197	2T16
Cherobim	-	1.747	(*)
Chimay	4.411	2.411	Em operação (a)
Costas das Dunas	338	331	(*)
CPFL Renováveis	4.332	878	Em operação (a)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Figueirópolis	200	-	Em operação (a)
Gameleira	551	551	(*)
Jayaditya	2.335	253	Em operação (a)
Lacenas	486	86	Em operação (a)
Macacos	36	-	Em operação (a)
Mata Velha	148.747	77.635	2T16
Mohini	1.178	627	Em operação (a)
Morro dos Ventos I	1.499	4.189	Em operação (a)
Morro dos Ventos II	-	51.222	Em operação (a)
Morro dos Ventos III	461	-	Em operação (a)
Morro dos Ventos IV	462	-	Em operação (a)
Morro dos Ventos IX	497	-	Em operação (a)
Morro dos Ventos VI	461	-	Em operação (a)
Outras Desa	5.116	-	(*)
Penedo	985	985	(*)
Pedra Cheirosa I	13.097	4.668	IT18
Pedra Cheirosa II	9.992	4.109	IT18
Pedra Preta	35	-	Em operação (a)
Rosa dos Ventos	409	349	Em operação (a)
Plano Alto	704	363	Em operação (a)
Santa Clara I	1.122	734	Em operação (a)
Santa Cruz	5.699	5.699	(*)
Santa Mônica	27.225	6.093	3T16
Santa Ursula	24.670	5.560	3T16
São Benedito	26.378	5.960	3T16
São Domingos	73.415	6.757	3T16
São Martinho	45.946	4.991	3T16
Sul Centrais	2.177	1.783	Em operação (a)
Tombo	933	933	(*)
Varginha	254	227	Em operação (a)
Ventos de Santo Dimas Energias Renovaveis S.A.	27.071	6.079	3T16
Outros Projetos	12.548	11.755	
Total	612.083	262.225	

(*) Empreendimento em fase de preparação

- (a) Do montante de R\$612.083 referente a imobilizado em curso, R\$54.543 referem-se, basicamente, a melhorias nos ativos que já se encontram em operação, visando a otimização da geração de energia, e por essa razão esses ativos estão sendo demonstrados como imobilizado em curso

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$379.296 (consolidado), sendo que R\$378.158 classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$1.138 no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$3.535.263, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº15).

Início de operação

a) Campo dos Ventos II

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.706/14, entrou em operação comercial 30 MW, a partir de 5 de dezembro de 2014, correspondente ao parque eólico Campo dos Ventos II, quando a energia produzida por essa usina passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

b) Complexo Eólico Atlânticas

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu Despacho nº 681/14, em 22 de março de 2014, entrou em operação comercial o Parque Eólico Atlântica IV S.A., que completa o último parque do Complexo Eólico Atlânticas em operação comercial.

O Complexo Eólico Atlântica é composto pelas companhias Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A., e Atlântica V Parque Eólico S.A., localizado no município de Palmares do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, possui capacidade instalada de 120 MW. Desde novembro de 2013 até abril de 2014 as companhias do Complexo Eólico Atlântica entraram em operação gradualmente.

c) Complexo Santa Clara

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 792/14 e nº 899/14, entraram em operação comercial 118 MW, a partir de 29 de março de 2014 e 70 MW, a partir de 3 de abril de 2014, respectivamente, os parques eólicos Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus IV (“Complexo Santa Clara”), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

d) Complexo Macacos

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio dos Despachos nº 4.656/14, nº 4.706/14 e nº 4.766/14, entraram em operação comercial 41,4 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, 16,1 MW, a partir de 4 de dezembro de 2014 e 20,7 MW, a partir de 11 de dezembro de 2014, respectivamente, os parques eólicos Costa Branca, Pedra Preta, Juremas e Macacos ("Complexo Macacos I"), quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

e) Complexo DESA Eurus

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.656/14, entraram em operação comercial 60 MW, a partir de 3 de dezembro de 2014, os parques eólicos Eurus I e Eurus III, quando a energia produzida por essas usinas passou a estar disponível ao sistema, em sua totalidade.

f) Morro dos Ventos II

Conforme Despacho nº 1.107, emitido pela ANEEL, em 15 de abril de 2015, estabeleceu-se a data de 16 de abril de 2015 para início de operação comercial do Parque Eólico Morro dos Ventos II, com 29,2 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia A-5 de 2011.

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>Outros ativos</u> <u>intangíveis</u>		<u>Controladora</u> <u>Outros ativos</u> <u>intangíveis</u>
Saldo em 31/12/2013	7.475	Saldo em 31/12/2014	7.947
Custo histórico	10.607	Custo histórico	13.213
Amortização acumulada	(3.132)	Amortização acumulada	(5.266)
Adições	2.631	Adições	4.303
Baixas	(25)	Baixas	-
Amortização	(2.134)	Amortização	(2.142)
Transferências	-	Transferências (*)	(216)
Saldo em 31/12/2014	<u>7.947</u>	Saldo em 31/12/2015	<u>9.892</u>
Custo histórico	13.213	Custo histórico	17.300
Amortização acumulada	(5.266)	Amortização acumulada	(7.408)
Taxa média anual de amortização - %	20	Taxa média anual de amortização - %	20

(*) O valor de R\$216 é referente a transferência do intangível para imobilizado.

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 31/12/2013	2.850.857	26.769	2.877.626
Custo histórico	3.137.310	37.566	3.174.876
Amortização acumulada	(286.453)	(10.797)	(297.250)
Aquisição Rosa dos Ventos/DESA (nota nº1)	623.702	7.937	631.639
Adições	3.798	2.630	6.428
Amortização	(125.833)	(5.541)	(131.374)
Baixa	-	(39)	(39)
Transferência	-	1.066	1.066
Transferência depreciação	-	(1.066)	(1.066)
Transferência - outros ativos (*)	-	16.402	16.402
Saldos em 31/12/2014	3.352.524	48.158	3.400.682
Custo histórico	3.764.810	65.562	3.830.372
Amortização acumulada	(412.286)	(17.404)	(429.690)
Taxa média anual de amortização - %	5	20	

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	3.352.524	48.158	3.400.682
Custo histórico	3.764.810	65.562	3.830.372
Amortização acumulada	(412.286)	(17.404)	(429.690)
Adições	-	4.412	4.412
Transferências	-	(6.594)	(6.594)
Baixas	-	(73)	(73)
Amortização	(157.308)	(3.973)	(161.281)
Saldo em 31/12/2015	3.195.216	41.930	3.237.146
Custo histórico	3.764.810	63.307	3.828.117
Amortização acumulada	(569.594)	(21.377)	(590.971)
Taxa média anual de amortização - %	5	20	

A Companhia possuía saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

Em 2014:

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Aiuuoca	46.560	-	5.670	-	52.230
Alto Irani	151.822	-	(8.507)	(4.437)	138.878
Arvoredo	33.620	-	(2.298)	(1.265)	30.057
Atlântica I	468	-	(12)	-	456
Atlântica II	468	-	(12)	-	456
Atlântica IV	469	-	(12)	-	457
Atlântica V	468	-	(12)	-	456
Baixa Verde	5.057	41	-	2.661	7.759
Barra da Paciência	59.488	-	(4.066)	(2.239)	53.183
Boa Vista 2	74.049	-	-	-	74.049
Bons Ventos	702.232	-	(36.380)	(192)	665.660
Cachoeira Grande	2.654	-	-	(1)	2.653
Cajueiro	7.899	90	-	2.710	10.699
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos II	5.576	-	(228)	-	5.348
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	(415)	2.812
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	(415)	2.812
Cocais Grande	25.867	-	(1.768)	(973)	23.126
Corrente Grande	36.208	-	(2.475)	(1.363)	32.370
Costa Branca	49.482	841	(1.082)	841	50.082
Costas das Dunas	5.278	179	-	(349)	5.108
Dobrevê Energia	-	555.961	(4.319)	-	551.642
Eólica Formosa	205.714	-	(11.169)	1.936	196.481
Eólica Icaraízinho	315.319	-	(17.119)	3.010	301.210
Eólica Paracuru	209.555	-	(11.377)	1.192	199.370
Eurus V	3.225	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.248	-	(36)	(417)	795
Farol de Touros	4.060	138	-	138	4.336
Figueira Branca	2.436	-	-	-	2.436
Gemeleira	3.248	-	-	-	3.248
Juremas	40.751	693	(893)	693	41.244
Lacenas	14.753	-	(458)	543	14.838
Macacos	53.384	908	(1.170)	908	54.030
Ninho da Águia	25.866	-	(1.768)	(973)	23.125
Paíol	51.723	-	(3.536)	(1.947)	46.240
Santa Luzia	82.547	-	(2.824)	(2)	79.721
Pedra Cheirosa I	37.269	-	2.537	342	40.147
Pedra Cheirosa II	33.542	-	2.283	307	36.133
Pedra Preta	53.390	908	(1.167)	908	54.039
Penedo	36.682	-	-	-	36.682
Plano Alto	112.741	-	(6.059)	136	106.818
Rosa dos Ventos	-	67.741	(3.079)	-	64.662
Salto Goes	53.440	-	(2.004)	169	51.605
Santa Clara I	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara II	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara III	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara IV	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Clara V	4.977	-	(142)	1	4.836
Santa Clara VI	4.976	-	(142)	-	4.834
Santa Cruz	1.288	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	28.454	-	(1.945)	(1.071)	25.438
Siif Cinco	124.818	-	(6.778)	2.000	120.040
Tombo	26.505	-	-	-	26.505
Varginha	23.277	-	(1.591)	(876)	20.810
Várzea Alegre	19.414	-	(1.327)	(730)	17.357
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.850.857	627.500	(125.833)	-	3.352.524

Em 2015:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Transferência	
Aiuuoca	52.230	-	504	52.734
Alto Irani	138.878	(8.145)	4.314	135.047
Arvoredo	30.057	(2.390)	1.997	29.664
Atlântica I	456	(15)	1	442
Atlântica II	456	(15)	2	443
Atlântica IV	457	(15)	1	443
Atlântica V	456	(15)	2	443
Baixa Verde	7.759	-	(2.778)	4.981
Barra da Paciência	53.183	(2.241)	(810)	50.132
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
Bons Ventos	665.660	(36.378)	383	629.665
Cachoeira Grande	2.653	-	2	2.655
Cajueiro	10.699	-	(2.876)	7.823
Campos dos Ventos I	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos II	5.348	(170)	-	5.178
Campos dos Ventos III	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos IV	2.812	-	830	3.642
Campos dos Ventos V	2.812	-	830	3.642
Cocais Grande	23.126	(1.842)	511	21.795
Corrente Grande	32.370	(1.346)	(463)	30.561
Costa Branca	50.082	(1.483)	(1.776)	46.823
Costas das Dunas	5.108	-	170	5.278
Eólica Formosa	196.481	(21.885)	7.464	182.060
Eólica Icaraízinho	301.210	(14.477)	(3.144)	283.589
Eólica Paracuru	199.370	(7.630)	(3.268)	188.472
Eurus I	65.163	(2.167)	(56)	62.940
Eurus III	65.163	(2.167)	(56)	62.940
Eurus V	3.225	-	417	3.642
Eurus VI	795	(39)	418	1.174
Farol de Touros	4.336	-	(276)	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueiropolis	6.598	(360)	(9)	6.229
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	41.244	(1.224)	(1.464)	38.556
Lacenas	14.838	(944)	(1.086)	12.808
Ludesa	131.017	(7.715)	(201)	123.101
Macacos	54.030	(1.602)	(1.919)	50.509
Mata Velha	25.463	-	-	25.463
Morro dos Ventos I	50.557	(1.722)	(45)	48.790
Morro dos Ventos II	3.172	(68)	(1)	3.103
Morro dos Ventos III	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Morro dos Ventos IV	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Morro dos Ventos VI	50.575	(1.723)	(45)	48.807
Morro dos Ventos IX	52.784	(1.798)	(47)	50.939
Ninho da Águia	23.125	(1.656)	326	21.795
Paiol	46.240	(3.721)	2.962	45.481
Santa Luzia	79.721	(2.814)	3	76.910
Pedra Cheirosa I	40.147	-	-	40.147
Pedra Cheirosa II	36.133	-	(20)	36.113
Pedra Preta	54.039	(1.599)	(1.919)	50.521
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	106.818	(6.060)	(272)	100.486
Rosa dos Ventos	64.662	(3.696)	1	60.967
Salto Goes	51.605	(2.004)	(338)	49.263
Santa Clara I	4.834	(159)	2	4.677
Santa Clara II	4.834	(156)	-	4.678
Santa Clara III	4.834	(159)	-	4.675
Santa Clara IV	4.834	(159)	-	4.675
Santa Clara V	4.836	(155)	-	4.681
Santa Clara VI	4.834	(159)	-	4.675
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	25.438	(2.231)	806	24.013
Siif Cinco	120.040	(6.391)	(1.611)	112.038
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	20.810	(1.542)	348	19.616
Várzea Alegre	17.357	(1.625)	616	16.348
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Direito de autorização	3.352.524	(157.308)	-	3.195.216

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$157.308 (R\$125.833 em 2014), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$3.973 (consolidado), sendo que R\$1.831 (consolidado) classificada no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$2.142 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	9.300	17.639	26.099	30.451
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	814	3.272
Materiais e serviços	4.745	7.232	34.581	72.459
Total	14.045	24.871	61.494	106.182
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	633	633
Total	-	-	633	633

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2015				Total	31/12/2014				Total
	Encargos circulante	Principal		Não circulante		Encargos circulante	Principal		Não circulante	
		Circulante	Total circulante				Circulante	Total circulante		
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
Investimento	2.484	78.350	80.834	712.171	793.005	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674
Gastos com captação				(93)	(93)					
Total	2.484	78.350	80.834	712.078	792.912	2.418	78.167	80.585	788.089	868.674

Controladora									
Saldo em									Saldo em
31/12/2013	Aquisição	Aquisição	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	31/12/2014
1.087.676	-	-	10.348	64.844	(115)	3	(229.015)	(65.067)	868.674

Controladora								
Saldo em								Saldo em
31/12/2014	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	31/12/2015
868.674	-	2.359	58.411	-	19	(78.204)	(58.347)	792.912

Consolidado										
	31/12/2015					31/12/2014				
	Encargos circulante	Principal			Total	Encargos circulante	Principal			Total
	Circulante	Total circulante	Não circulante	Circulante		Total circulante	Não circulante			
Mensuradas ao custo										
Investimento	11.512	313.898	325.410	3.279.013	3.604.423	11.033	308.921	319.954	3.276.318	3.596.272
Gastos com captação	-	-	-	(7.850)	(7.850)	-	-	-	(6.356)	(6.356)
Instituições financeiras	2.679	40.000	42.679	248.000	290.679	2.336	32.000	34.336	288.000	322.336
Gastos com captação	-	-	-	(1.656)	(1.656)	-	-	-	(2.276)	(2.276)
Total	14.191	353.898	368.089	3.517.507	3.885.596	13.369	340.921	354.290	3.555.686	3.909.976

Consolidado									
Saldo em	Aquisição	Aquisição				Amortização do			Saldo em
31/12/2013	RDV	DESA	Liberações	Juros	Custo de captação	custo de captação	Amortização	Pgto juros	31/12/2014
3.631.885	34.894	700.267	527.307	267.442	(115)	1.658	(1.010.586)	(242.776)	3.909.976

Consolidado								
Saldo em								Saldo em
31/12/2014	Liberações	Correção Monetária	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pagamento juros	31/12/2015
3.909.976	396.386	17.103	305.123	(2.525)	1.652	(442.875)	(299.244)	3.885.596

Mensuradas ao custo Moeda nacional	Consolidado				
	31/12/2015	31/12/2014	Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
Investimento					
FINEM I	290.445	321.089	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	25.308	28.605	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III (*)	528.528	565.890	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	90.679	101.723	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	79.456	84.176	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	156.737	176.253	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM IX	32.289	39.581	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	528	827	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária. Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI (*)	115.676	126.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	335.894	357.620	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINEM XIII	296.891	315.596	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de Ações da SPE, Penhor de Máquinas e Equipamentos do projeto, Cessão Fiduciária.
FINEM XIV	11.599	19.707	TJLP + 3,50%	120 prestações mensais a partir de junho 2007	Penhor de ações, penhor de direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos como recursos da operação.
FINEM XV	31.227	35.392	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVI	8.500	10.581	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011.	Penhor de ações da interveniente, cessão dos direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL e Conta Reserva da SPE.
FINEM XVII	490.786	525.541	TJLP e TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013.	Penhor das ações da Interviente, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, conta reserva das SPEs e da Interviente Desa Eólica.
FINEM XVIII	18.481	23.200	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos Cessão fiduciária dos recebíveis Fiança da CPFL Energia
FINEM XIX	31.381	33.488	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XX	52.091	59.533	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXI	42.765	45.636	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXII	45.828	52.375	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações da CPFL Renováveis Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE Cessão de Recebíveis
FINEM XXIII	2.305	2.882	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Penhor de Ações / Conta Reserva / Cessão de Receitas
FINEM XXIV (*)	136.528	163.476	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a Junho de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINEM XXV	79.010	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016 a junho 2032	Penhor das ações da SPE, cessão fiduciária dos direitos creditórios, propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL.
FINEM XXVI	270.768	-	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017 a junho 2033	Penhor de Ações da T-16 e das SPEs, dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios, conta Reserva serviço da dívida, conta reserva O&M e conta reserva especial.
FINAME I	3.327	3.773	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas a partir de fevereiro 2015.	Alienação Fiduciária e Aval da CPFL Renováveis
FINEP I (*)	1.890	2.382	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II (*)	10.383	10.366	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	6.374	6.945	TJLP + 2%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
Ponte BNDES IV	-	49.492	TJLP + 2,40 %	Parcela única em Janeiro de 2016	Fiança Bancária
BNB I	108.835	117.517	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciária, ação da controlada e garantia da SIIF Energy.
BNB II	165.324	172.430	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
BNB III	30.837	32.591	Pré fixado de 9,5% a.a. e bonus de adimplência de 25%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009 a julho de 2028	Fiança, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
NIB	72.739	74.196	ICPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco do Brasil	31.014	36.739	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	132 parcelas mensais a partir de junho de 2010	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL e de direitos creditórios, cessão e vinculação de receitas, fiança bancária e seguros garantias e conta reserva da SPE.
Votorantim - Nota Promissória	-	-	CDI + 0,7% a.a	Parcela única em Julho de 2015	Não existem garantias
Gastos com captação	(7.850)	(6.356)			
Instituições Financeiras					
HSBC	290.679	322.336	CDI + 0,5% a.a.	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Gastos com captação	(1.656)	(2.276)			
	<u>3.885.596</u>	<u>3.909.976</u>			

(*) Empréstimos registrados na controladora.

Principais movimentações no exercício:Moeda nacionalInvestimento:

FINEM XXVII - No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada Morro dos Ventos III liberou R\$13 do seu financiamento junto ao BNDES referente ao subcrédito social ("D"). O custo do referido subcrédito é de TJLP e o saldo a liberar é de R\$420.

Ponte BNDES IV - Em 2013, o BNDES aprovou financiamento no montante de R\$46.000, destinado para a controlada Morro dos Ventos II. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi liquidado todo o montante desse financiamento com a liberação do empréstimo de longo prazo celebrado com o BNDES.

FINEM XXV - No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada Morro dos Ventos II captou com o BNDES empréstimos de longo prazo no montante de R\$84.338. Neste mesmo exercício, a controlada apresenta o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$8.606.

FINEM XXVI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas do Complexo Eólico Campo dos Ventos e São Benedito captaram com o BNDES empréstimos de longo prazo no montante de R\$764.109. Neste mesmo exercício, as controladas apresentam o saldo remanescente a ser liberado no montante de R\$493.467.

Instituições financeiras:

Votorantim (Notas Promissórias) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada Mata Velha captou junto ao Banco Votorantim R\$50.000 na modalidade Notas Promissórias. A operação possui custo de CDI + 0,70% a.a. e foi liquidada em julho de 2015. Não há cláusulas restritivas para essa operação.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2017	79.203	2017	364.309
2018	79.813	2018	383.520
2019	79.730	2019	395.935
2020	79.320	2020	398.364
2021	54.219	2021	288.109
2022 a 2026	247.699	2022 a 2026	1.163.086
2027 a 2031	92.094	2027 a 2031	505.856
2032 a 2036	-	2032 a 2036	18.328
Total	712.078	Total	3.517.507

Condições Restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em junho de 2015, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para a apuração dos dois índices acima, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2014, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

Em dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINEM XXIV

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia, durante o período de amortização.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XIV

- Manutenção semestral do Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total, igual ou superior a 30% do Investimento total do Projeto, bem como Índice de Cobertura do Serviço da dívida igual ou maior a 1,3 durante o período de amortização.

Em junho de 2015, a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração dos dois índices acima, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção trimestral do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.
- Manutenção trimestral do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo 1,2, durante o período de amortização.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura da Dívida - ICSD igual ou maior a 1,20, durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

FINEM XX e FINEM XIX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas

demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em dezembro de 2014 a Companhia obteve do BNDES a dispensa para apuração do ICSD e do Índice de Dívida Líquida/EBITDA de cumprimento obrigatório por parte da controladora, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em dezembro de 2015 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do ICSD sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

FINEM XXV

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

FINEM XXVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16, durante a vigência do contrato.

HSBC

- A partir de 2014 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 4,50 em junho de 2014, 4,25 em dezembro de 2014, 4,00 em junho de 2015 e 3,50 nos demais semestres até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Banco do Brasil

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2, durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015.

16. DEBÊNTURES

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Controladora							
							31/12/2015				31/12/2014			
							Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	Total

1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BDP e PCH Holding	6.579	43.000	49.579	-	365.500	365.500	415.079	5.795	21.500	27.295	408.500	435.795
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% CDI	Principal anual a ser pago a partir de março de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirógrafo	11.893	-	11.893	-	300.000	300.000	311.893	9.604	-	9.604	300.000	309.604
1ª Emissão - WF2	Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirógrafo	-	-	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
2ª Emissão - WF2	Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirógrafo	-	-	-	-	-	-	-	10.581	132.000	142.581	-	142.581
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	Principal com vencimento bullet em Maio 2020 e Juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirógrafo	4.589	-	4.589	-	296.000	296.000	300.589	-	-	-	-	-
Gastos com Captação							-	-	-	-	(4.787)	(4.787)	(4.787)	-	-	-	(3.232)	(3.232)
							<u>21.061</u>	<u>43.000</u>	<u>66.061</u>	<u>-</u>	<u>956.713</u>	<u>956.713</u>	<u>1.022.774</u>	<u>38.964</u>	<u>183.500</u>	<u>312.464</u>	<u>765.288</u>	<u>917.732</u>

Controladora				Sakto em				
Saldo em				Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	31/12/2014
31/12/2013	Incorporação	Emissões	Juros					
	WF2							
<u>432.468</u>	<u>170.114</u>	<u>300.000</u>	<u>85.911</u>	<u>(1.300)</u>	<u>664</u>	<u>-</u>	<u>(70.125)</u>	<u>917.732</u>

Controladora							
Saldo				Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Pagamento	Saldo
31/12/2014	Emissões	Correção Monetária	Juros			juros	31/12/2015
<u>917.732</u>	<u>296.000</u>	<u>-</u>	<u>150.333</u>	<u>(2.404)</u>	<u>848</u>	<u>(183.500)</u>	<u>1.022.774</u>

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva	Condições de amortização	Garantias	Consolidado							
							31/12/2015				31/12/2014			
							Encargos	Circulante	Total Circulante	Encargos	Não circulante	Total Não Circulante	Total	Total

1ª Emissão - SIF	Série Única	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,60%	39 parcelas semestrais consecutivas a partir de 2019	Alienação Fiduciária	788	38.965	39.752	-	467.577	467.577	507.329	798	36.641	37.438	476.329	513.767
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	CDI + 1,82%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BDP e PCH Holding	6.579	43.000	49.579	-	365.500	365.500	415.079	5.795	21.500	27.295	408.500	435.795
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015	Fiança da CPFL Renováveis	616	8.701	9.317	-	140.792	140.792	150.109	57.991	8.701	66.692	149.492	216.184
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	115,43% do CDI	5 parcelas pagas anualmente a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirógrafo	11.894	-	11.894	-	300.000	300.000	311.894	9.603	-	9.603	300.000	309.603
1ª Emissão - WF2	Série Única	12	CDI + 1,5%	CDI + 1,5%	Principal e juros a ser pago em março 2015	Quirógrafo	-	-	-	-	-	-	-	2.984	30.000	32.984	-	32.984
2ª Emissão - WF2	Série Única	20	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	Principal e juros a ser pago em novembro 2015	Quirógrafo	-	-	-	-	-	-	-	10.581	132.000	142.581	-	142.581
1ª Emissão - Dobrevé	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de maio 2016 e juros pagos semestralmente a partir de novembro 2015	Quirógrafo	862	17.500	18.362	-	17.500	17.500	35.862	716	-	716	35.000	35.716
2ª Emissão - Dobrevé	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas pagas semestralmente a partir de abril 2016 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirógrafo	-	-	-	16.487	65.000	81.487	81.487	6.022	-	6.022	65.000	71.022
1ª Emissão - T-16	Série Única	27.720	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	1.810	277.200	279.010	-	-	-	279.010	-	-	-	-	-
1ª Emissão - Campo Venturo V	Série Única	4.300	112,75% CDI	116,94% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	374	42.000	42.374	-	-	-	42.374	-	-	-	-	-
1ª Emissão - Santa Ursula	Série Única	3.080	112,75% CDI	116,97% CDI	Principal com vencimento bullet em dezembro 2016 e Juros semestrais a partir de dezembro 2015	Fiança CPFL Renováveis	275	30.800	31.075	-	-	-	31.075	-	-	-	-	-
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	Principal com vencimento bullet em Maio 2020 e Juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirógrafo	4.589	-	4.589	-	296.000	296.000	300.589	-	-	-	-	-
Gastos com Captação							-	-	-	-	(19.345)	(19.345)	(19.345)	-	-	-	(18.096)	(18.096)
							<u>27.787</u>	<u>438.166</u>	<u>465.952</u>	<u>16.487</u>	<u>1.033.024</u>	<u>1.649.513</u>	<u>2.135.463</u>	<u>94.490</u>	<u>228.842</u>	<u>923.332</u>	<u>1.416.226</u>	<u>1.739.558</u>

Consolidado								
Saldo em								Saldo em
31/12/2013	Associação	Emissões	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	31/12/2014
	DESA							
1.132.694	274.716	300.000	144.590	(1.300)	2.498	(35.916)	(77.724)	1.739.558

Consolidado							
Saldo 31/12/2014	Emissões	Correção Monetária	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pagamento juros
Saldo 31/12/2015							
1.739.558	646.000	31.516	224.018	(4.370)	3.119	(230.152)	(274.226)
2.135.463							

Principais movimentações no exercício

Moeda nacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve a liquidação total da 1ª e 2ª Emissão de Debêntures da WF2 (incorporada pela CPFL Renováveis) de forma que no final do exercício não há saldo remanescente a liquidar.

- CPFL Renováveis: Oferta pública de distribuição da 3ª emissão de debêntures simples

Em 25 de maio de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Foram emitidas 29.600 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$296.600 e remuneração equivalente à variação acumulada de 117,25% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de cinco anos, com amortização anual a partir de 25 de maio de 2018. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para reperfilamento de dívidas e para prover liquidez adicional em caso de cenário macroeconômico ou setorial adverso.

- T-16: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 15 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 27.720 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$277.200 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos dos Complexos Eólicos Campo dos Ventos e São Benedito.

- Campo dos Ventos V: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 09 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 4.200 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$42.000 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

- Santa Úrsula: Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

Em 09 de junho de 2015, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única. Foram emitidas 3.080 debêntures, com valor nominal de R\$10.000, no montante de R\$30.800 e remuneração equivalente à variação acumulada de 112,75% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de 18 meses, com amortização em uma única parcela na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão foram destinados para suprir as necessidades de aporte de recursos no projeto da qual a Emissora é detentora.

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2017	73.000	2017	138.165
2018	223.157	2018	314.151
2019	223.157	2019	308.471
2020	223.186	2020	286.829
2021	154.500	2021	218.143
2022 a 2026	59.713	2022 a 2026	308.680
2027 a 2031	-	2027 a 2031	58.585
Total	956.713	Total	1.633.024

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia obteve anuência dos Debenturistas para os descumprimentos abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 30 de junho de 2015.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2015, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2015.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

3º emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 5,6 para 2015, 5,4 para 2016, 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,5 em 2014, 5,6 em 2015, 5,4 em 2016 e 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão – Dobrevê Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 5,5 em 2014, 5,5 em 2015, 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

1ª emissão – Turbina 16 Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015.

1ª emissão – Santa Úrsula Energias Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015.

1ª emissão – Campos dos Ventos V Energias Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA consolidado inferior ou igual a 5,6 para o ano de 2015.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Os saldos em 31 de dezembro de 2015, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Campo dos Ventos I (a)	854	717	854	717
Campo dos Ventos IV (a)	854	717	854	717
Campo dos Ventos V (a)	854	717	854	717
São Benedito (a)	777	704	777	704
São Domingos (a)	777	703	777	703
Santa Ursula (a)	777	703	777	703
Santa Mônica (a)	777	703	777	703
Ventos de São Martinhos (a)	777	703	777	703
Ventos de Santo Dimas (a)	777	703	777	703
Navegantes (b)	2.173	1.551	2.173	1.551
Cajueiro (b)	2.174	1.552	2.174	1.552
Baixa Verde (b)	2.174	1.552	2.174	1.552
Renascer Centrais (c)	-	-	-	3.350
PCH Mata Velha (d)	-	-	-	1.281
Aquisição de não controladores (e)	16.190	71.490	16.190	71.490
Total	29.935	82.515	29.935	87.146
Circulante	29.935	66.363	29.935	70.994
Não Circulante	-	16.152	-	16.152
Total	29.935	82.515	29.935	87.146

- a) Inclui R\$7.224 referentes à compra dos projetos de geração eólica, localizados nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e é corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).
- b) A Companhia firmou compromisso com sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra de algumas SPEs, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, o montante de R\$6.521, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- c) Inclui R\$3.350 pela aquisição dessa SPE, saldo este oriundo da associação com a DESA, que foi pago com a obtenção das licenças necessárias para a implantação da Usina. Em 07 de maio de 2015 realizamos a baixa desta provisão.

- d) Também inclui R\$1.281, pela aquisição dos direitos sobre a licença de instalação, projeto básico e demais estudos e direitos relacionados à essa PCH, saldo este oriundo da associação com a DESA. Esse montante foi pago em abril de 2015.
- e) O montante de R\$16.190 é advindo da incorporação da WF2 (nota explicativa nº 1.1), em 1º de outubro de 2014. Em 31 de janeiro de 2014, foi firmado um contrato de venda e compra de ações e outras avenças entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., a saber: AKKA Fundo de Investimento em Participações, URBIS Fundo de Investimento em Participações e PYXIS Fundo de Investimento em Participações, detentores de 21,14% do capital votante e total da Dobrevê Energia S.A.

Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade das ações (21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.) ao preço, nos termos e sujeito às condições estabelecidas neste contrato, corresponde ao valor total de R\$203.000.

O montante foi liquidado em quatro parcelas trimestrais, cujo vencimento da última parcela ocorreu em 29 de janeiro de 2016. O valor de cada parcela trimestral foi corrigido pela taxa CDI, acrescida de 1,2% ao ano, calculado “pro rata die”.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no consolidado, referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativos ao faturamento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CCEAR(*)	-	-	61.686	30.803
CER(**)	70	-	72.378	26.590
Mercado Livre	-	-	-	3.719
Proinfã	-	-	4.512	30.395
Aluguel de linha de transmissão (***)	-	-	5.800	6.633
Outros Adiantamentos (****)	156	-	156	-
Total	<u>226</u>	<u>-</u>	<u>144.532</u>	<u>98.140</u>
Passivo circulante	106	-	136.533	74.297
Passivo não circulante	<u>120</u>	<u>-</u>	<u>7.999</u>	<u>23.843</u>
	<u>226</u>	<u>-</u>	<u>144.532</u>	<u>98.140</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

*** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente

**** Premio recebido venda da Folha de Pagamento ao Banco Bradesco

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas de adiantamento de clientes, consolidado, inclui valores dos seguintes agentes: (i) R\$72.378 (50% do total) pela Câmara de Comercialização Energia – CER; (ii) R\$4.512 (3% do total) pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – PROINFA; (iii) R\$5.800 (4% do total) por Aluguel de Linha de Transmissão; e (iv) R\$61.842 (43% total) por grandes distribuidores.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – CONSOLIDADO

Em 2014:

Consolidado					
Saldo em 31/12/2013	Provisão / (Reversão) de provisão	Aquisição Rosa dos Ventos/Associação Desa	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2014
37.487	9.193	5.582	(128)	4.620	56.754

Em 2015:

Consolidado					
Saldo em 31/12/2014	Provisão/ (reversão) de provisão	Aquisições	Pagamento	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
56.754	-	-	(950)	5.084	60.888

19.1. Provisões para custos socioambientais

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$7.510 (R\$6.816 em 31 de dezembro de 2014) no passivo circulante e R\$3.877 (R\$6.909 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$49.501 (R\$43.029 em 31 de dezembro de 2014) registrada no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora						
	31/12/2013	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	31/12/2014
Trabalhista	362	567	(177)	(187)	19	584
Cíveis	2.150	865	(603)	(60)	106	2.458
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	35
	<u>2.547</u>	<u>1.432</u>	<u>(780)</u>	<u>(247)</u>	<u>125</u>	<u>3.077</u>
Depósitos judiciais	<u>(177)</u>	<u>(84)</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>(213)</u>

Controladora						
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	31/12/2015
Trabalhista	584	464	(306)	(71)	54	725
Cíveis	2.458	6.552	(772)	(6.898)	425	1.765
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	35
	<u>3.077</u>	<u>7.016</u>	<u>(1.078)</u>	<u>(6.969)</u>	<u>479</u>	<u>2.525</u>
Depósitos judiciais	<u>(213)</u>	<u>(37)</u>	<u>3</u>	<u>15</u>	<u>(3)</u>	<u>(235)</u>

Consolidado									
	31/12/2013	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	Aquisição Rosa dos Ventos	Aquisição DESA	31/12/2014
Trabalhista	512	1.836	(247)	(236)	51	1.211	-	169	3.296
Cíveis	2.193	1.089	(603)	(81)	108	-	744	27.434	30.884
Tributárias	-	-	-	-	-	9.759	-	3.947	13.706
Outros passivos contingentes	23.985	-	(10.000)	-	-	(10.970)	-	-	3.015
Total	<u>26.690</u>	<u>2.925</u>	<u>(10.850)</u>	<u>(317)</u>	<u>159</u>	<u>-</u>	<u>744</u>	<u>31.550</u>	<u>50.901</u>
Depósitos judiciais	<u>(1.751)</u>	<u>(408)</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>(199)</u>	<u>-</u>	<u>(307)</u>	<u>(5.368)</u>	<u>(8.006)</u>

Consolidado						
	31/12/2014	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	31/12/2015
Trabalhista	3.296	513	(575)	(155)	178	3.257
Cíveis	30.884	6.922	(806)	(7.110)	458	30.348
Tributária	13.706	-	-	-	-	13.706
Outros passivos contingentes	3.015	-	-	-	-	3.015
Total	<u>50.901</u>	<u>7.435</u>	<u>(1.381)</u>	<u>(7.265)</u>	<u>636</u>	<u>50.326</u>
Depósitos judiciais	<u>(8.006)</u>	<u>(8.293)</u>	<u>1.870</u>	<u>22</u>	<u>(171)</u>	<u>(14.578)</u>

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$13.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$13.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Em 30 de junho de 2014, a controlada Bons Ventos efetuou baixa do montante a receber de R\$10.000 referente a indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, em decorrência do vencimento dos dois anos para indenização determinados no contrato de compra e venda desta controlada, esses valores tinham como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Os respectivos passivos contingentes foram analisados pelos assessores jurídicos da controlada Bons Ventos e sua expectativa de perda foi considerada como remota, sendo efetuada a reversão.

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Rosa dos Ventos e na data da associação com a DESA, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$744 e no montante de R\$31.550, respectivamente, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas eram parte passiva em 46 ações judiciais cíveis (38 ações em 31 de dezembro de 2014) e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante estimado de R\$197.003, e, para o qual, portanto, não foi constituída provisão. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, pleiteando a indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais, com valor de causa atualizado no montante de R\$185.932, com prognóstico de perda classificado como possível, ação de cobrança referente a contrato prestação de serviços celebrado entre empresa contratada pela Companhia e terceiros, com valor de causa atualizado em R\$1.183, com prognóstico de perda classificado como possível, revisão de contrato de arrendamento, discussão quanto à validade de licenças ambientais concedidas e procedimentos necessários para obtenção das mesmas, bem como uma ação civil pública, com valor de causa inestimável, cujo escopo é a discussão acerca da validade da licença de operação concedida à controlada da Companhia.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas eram parte passiva em 47 ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas (79 ações e procedimentos em 31 de dezembro de 2014) com valor da causa atualizado neste montante estimado de R\$7.216, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas eram parte em 59 ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária (23 ações e procedimentos em 31 de dezembro de 2014), tendo como valor da causa atualizado no montante estimado de R\$207.513, e, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil. As ações tributárias em andamento versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Outros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do

Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$12.642 (valor original), sendo R\$11.631 referente as empresas do grupo CPFL Renováveis e R\$1.011 referente as empresas de DESA, que passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de outubro de 2014. Os assessores jurídicos externos da Companhia qualificaram o risco de êxito dessa ação como possível. Nenhum passivo foi constituído em relação a esse tema.

21. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$3.390.444, representado por 503.308.389 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$551, mediante a emissão de 61.304 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelos respectivos subscritores, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$355, mediante a emissão de 42.882 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2014, com eficácia a partir de 1º de outubro de 2014, foi aprovada, em razão da incorporação pela Companhia da WF2 Holding S.A., o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 ações, ao preço de emissão de R\$ 8,41 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos administradores da WF2 Holding S.A., por conta de seu único acionista, mediante a versão do seu patrimônio líquido à Companhia, bem como a criação de uma reserva de capital no valor de R\$37.435. Adicionalmente, foi registrado, na conta de reserva de capital o montante de R\$314.394 (líquido) referente ao valor justo apurado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$217, mediante a emissão de 25.729 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinado beneficiário do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelo respectivo subscritor, de notas promissórias em favor da Companhia.

b) Composição acionária:

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,61	259.748.799	51,61
Secor LLC	24.255.307	4,82	24.255.307	4,82
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,19	21.064.242	4,19
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,74	3.699.532	0,74
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	6,25	31.439.288	6,25
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	-	-	6.499.722	1,29
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,60	13.104.207	2,60
Previ	31.960.220	6,35	31.974.420	6,35
GMR Energia S.A.	8.230.323	1,64	8.230.323	1,64
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	61.752.782	12,27	61.752.782	12,27
Outros	48.053.689	9,53	41.539.767	8,24
	<u>503.308.389</u>	<u>100,00</u>	<u>503.308.389</u>	<u>100,00</u>

Em 1º de outubro de 2014, foi concluída a associação entre a CPFL Renováveis e a DESA (vide nota explicativa nº 1.1.). O FIP Arrow (único acionista da WF2), efetuou a contribuição do acervo líquido da WF2 como aumento de capital na CPFL Renováveis e se tornou acionista da CPFL Renováveis com uma participação de 12,27%. O aumento de capital ocorreu da seguinte forma: (i) aumento do capital social no montante de R\$481.834, mediante a emissão de 61.752.782 novas ações; (ii) constituição de reserva de capital no montante de R\$351.829.

c) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$740.427 em 31 de dezembro de 2015 e R\$878.903 em 31 de dezembro de 2014 em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinação de negócios ocorridos em 2011 e 2014.

	<u>Ágio na emissão</u> <u>de ações</u>	<u>CPC 15</u> <u>Valor justo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012 (a)	-	528.988	528.988
Oferta pública de ações (b)	96.744	-	96.744
Absorção de prejuízos (d)	(21.143)	-	(21.143)
Saldo em 31.12.2013	<u>75.601</u>	<u>528.988</u>	<u>604.589</u>
Associação DESA: (c)			
(i) Constituição da reserva	37.435	-	37.435
(ii) Valor justo	-	349.915	349.915
(iii) Variações patrimoniais de incorporação	(35.521)	-	(35.521)
Absorção de prejuízos (d)	<u>(77.515)</u>	<u>-</u>	<u>(77.515)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>-</u>	<u>878.903</u>	<u>878.903</u>
Absorção de prejuízos (d)	<u>-</u>	<u>(138.476)</u>	<u>(138.476)</u>
Saldo em 31.12.2015	<u><u>-</u></u>	<u><u>740.427</u></u>	<u><u>740.427</u></u>

(a) Refere-se a contrapartida do valor justo alocado na conta de ativo intangível – direito de exploração/autorização decorrente da combinação de negócios – aquisição reversa, ocorrida em agosto de 2011

(b) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial por ação apurado na operação de Oferta Pública de ações ocorrida em julho de 2013, incluindo as ações suplementares em agosto de 2013, líquidos dos gastos na emissão de ações

(c) Refere-se ao valor excedente ao valor patrimonial da ação da CPFL Renováveis decorrente da associação com a DESA, realizada em outubro de 2014.

(d) Refere-se a absorção de prejuízos do exercício. Em 2013 foi absorvido R\$21.143, em 2014 foi absorvido R\$77.515, e em 2015 como proposta da Administração, o montante de R\$138.476.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui saldo de reserva legal.

e) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração os aumentos de capital ocorridos em 28 de fevereiro de 2014, 26 de junho de 2014, 1º e 30 de outubro de 2014. Não houve aumento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações foram considerados antidilutivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

	Controladora	
	2015	2014
A. Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(54.447)	(168.771)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.308.389	456.899.443
Prejuízo básico por ação (R\$ por ação)	(0,11)	(0,37)
B. Prejuízo diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(54.447)	(168.771)
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(38.385)	(31.497)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(92.832)	(200.268)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.308.389	456.899.443
Efeito dilutivo do plano de pagamento baseado em ações	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.308.389	456.899.443
Prejuízo diluído por ação (R\$ por ação)	(0,18)	(0,44)

g) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$43.887.

h) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de dezembro de 2015 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de venda de energia	71.659	127.912	1.558.942	1.334.285
Outras receitas	147	-	35.423	4.171
Receita bruta	71.806	127.912	1.594.365	1.338.456
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(6.630)	(12.135)	(86.674)	(87.392)
ICMS	-	-	(2.767)	(1.075)
Encargos regulatórios	-	-	(5.568)	(2.362)
Receita operacional líquida	65.176	115.777	1.499.356	1.247.627
MWH comercializado /gerado	235.725	235.736	6.631.621	5.693.507

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
CCEAR*	-	-	246.677	221.911
CER**	-	-	297.254	213.501
Mercado livre	71.659	127.912	436.559	419.508
Proinfa	-	-	578.452	479.365
Total	71.659	127.912	1.558.942	1.334.285

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

As receitas provenientes de clientes de maior representatividade das receitas totais da Companhia, são como segue: Centrais Elétricas Brasileira S.A. - Eletrobras - R\$578.452 (37%) e Grupo CPFL R\$262.456 (17%).

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2015 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWh)	Preço contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,50	226,35	IGPM	Junho
Americana****	Mercado Livre	5,90	228,22	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,40	208,69	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,00	217,53	IPCA	**
Atlântica I	CCEAR	13,10	188,42	IPCA	Novembro
Atlântica II	CCEAR	12,90	188,42	IPCA	Novembro
Atlântica IV	CCEAR	13,00	188,42	IPCA	Novembro
Atlântica V	CCEAR	13,70	188,42	IPCA	Novembro
Baía Formosa	CCEAR	11,00	236,89	IPCA	**
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,80	212,93	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,00	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,00	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,00	161,02	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	11,90	203,66	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,00	225,11	IPCA	**
Bio Ester	Mercado Livre	5,30	133,59	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,20	202,75	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,40	194,57	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,90	340,96	IGPM	Março
Buritis****	Mercado Livre	0,40	228,22	IPCA	Janeiro
Campos dos Ventos II	CER	14,00	176,33	IPCA	Setembro
Canoa Quebrada	Proinfa	22,90	348,51	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	Proinfa	3,30	339,76	IGPM	Março
Capão Preto****	Mercado Livre	2,20	228,22	IPCA	Janeiro
Chibarro****	Mercado Livre	1,50	228,22	IPCA	Janeiro
Cocais Grande	Proinfa	5,00	226,35	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,40	212,93	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,80	182,04	IPCA	Novembro
Diamante	Mercado Livre	1,60	208,69	IGPM	Janeiro
Dourados****	Mercado Livre	5,70	228,22	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves****	Mercado Livre	11,00	228,22	IPCA	Janeiro
Enacel	Proinfa	10,00	348,51	IGPM	Junho
Esmeril****	Mercado Livre	2,90	228,22	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	14,50	173,60	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	15,00	173,59	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	3,00	214,26	IPCA	Julho
Figueirópolis	Proinfa	12,50	220,67	IGPM	Março
Foz do Rio Choro	Proinfa	7,40	374,87	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto****	Mercado Livre	3,60	228,22	IPCA	Janeiro
Guaporé****	Mercado Livre	0,40	208,69	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	21,50	339,76	IGPM	Março
Jaguari****	Mercado Livre	4,50	228,22	IPCA	Janeiro
Juremas	CCEAR	7,50	189,83	IPCA	Novembro
Lagoa do Mato - RV	Proinfa	1,40	339,76	IGPM	Março
Lençóis****	Mercado Livre	1,00	228,22	IPCA	Janeiro
Ludesa	Mercado Livre	3,80	213,37	IGPM	***
Ludesa	Proinfa	16,70	226,35	IGPM	Junho
Macacos	CCEAR	9,70	189,83	IPCA	Novembro
Monjolinho****	Mercado Livre	0,30	186,95	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	13,00	215,75	IPCA	Julho
Morro dos Ventos III	CER	13,00	215,71	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	13,00	215,72	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	14,00	215,73	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	13,00	215,76	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,20	212,93	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	9,30	150,04	IGPM	***
Paíol	Mercado Livre	10,90	212,90	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,80	339,76	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,10	182,04	IPCA	Novembro
Pinhal****	Mercado Livre	3,70	228,22	IPCA	Janeiro
Pirapó****	Mercado Livre	0,60	208,69	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,00	226,35	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,80	393,63	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,50	396,35	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,70	397,44	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,10	381,19	IGPM	Março
Salinho****	Mercado Livre	0,70	208,69	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,10	205,92	IPCA	**
Salto Grande****	Mercado Livre	2,60	228,22	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	13,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,00	214,26	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,00	217,53	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,00	240,26	IPCA	Agosto
Santana****	Mercado Livre	2,60	228,22	IPCA	Janeiro
São Gonçalo	Mercado Livre	6,40	212,93	IPCA	Janeiro
São Joaquim****	Mercado Livre	5,10	228,22	IPCA	Janeiro
Socorro****	Mercado Livre	0,30	228,22	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,20	194,65	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,60	359,39	IGPM	Março
Três Saltos****	Mercado Livre	0,40	228,22	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,00	217,53	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,80	212,93	IPCA	Janeiro
Total		747,00			
Preço Ponderado		230,18			

(*)Data de Referência 31/12/2015

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

(***) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).

(****) Energia e/ou preço considerando a revisão de garantia física em julho (Portaria nº30)

23. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(63.122)	(125.245)	(181.447)	(297.881)
Encargos de uso do sistema	-	-	(78.645)	(56.506)
Custo de operação das usinas	-	-	(91.254)	(71.129)
Materiais	-	-	(15.382)	(6.153)
Custo de pessoal	-	-	(18.773)	(13.862)
Arrendamentos	-	-	(14.834)	(11.176)
Depreciação e amortização	-	-	(379.989)	(302.327)
Outros custos de operação	-	-	(6.645)	(7.986)
Total	<u>(63.122)</u>	<u>(125.245)</u>	<u>(786.969)</u>	<u>(767.020)</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(44.127)	(44.906)	(44.258)	(46.331)
Despesas de ocupação	(3.564)	(3.626)	(7.046)	(7.248)
Material	(1.189)	(1.067)	(1.303)	(1.238)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55)	(102)	(336)	(2.588)
Serviços profissionais	(23.395)	(25.384)	(38.669)	(39.651)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	(8.707)	-	(9.269)	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(11.032)	-
Ressarcimento sinistro Bio Pedra	-	-	20.718	-
Reversão de provisão para baixa de investimento	-	-	3.350	-
Impostos e taxas	-	(164)	-	(3.011)
Outros	<u>(1.769)</u>	<u>(6.434)</u>	<u>2.274</u>	<u>(10.449)</u>
Total	<u>(82.806)</u>	<u>(81.683)</u>	<u>(85.571)</u>	<u>(110.516)</u>
Remuneração dos administradores	(8.683)	(8.905)	(8.683)	(8.905)
Depreciação e amortização	(3.260)	(3.242)	(3.280)	(4.074)
Amortização do direito de exploração	-	-	(157.308)	(125.833)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(3)</u>	<u>1</u>	<u>3.227</u>	<u>2</u>
Total	<u>(94.752)</u>	<u>(93.829)</u>	<u>(251.615)</u>	<u>(249.326)</u>

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2014 e de 2015, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	14.657	21.764	115.639	87.131
Variações monetárias ativas	-	-	2.391	1.720
Juros sobre mútuo	1.129	2.628	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	5.542	5.838
Juros sobre faturas em atraso	-	-	7.726	-
Outras	31	148	7.782	4.302
Total	<u>15.817</u>	<u>24.540</u>	<u>139.080</u>	<u>98.991</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(209.611)	(151.422)	(533.912)	(416.188)
Atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(2.359)	-	(48.619)	-
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	32.485	4.235
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(332)	(10)	(6.910)	(1.355)
Variações monetárias passivas	(479)	(118)	(636)	(151)
Ajuste a valor presente	-	-	(5.084)	(4.620)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(3.431)	(19.795)
Juros sobre mútuo	(29.004)	(3.857)	-	-
IOF	(10.186)	(1.944)	(12.843)	(3.081)
Outras	(9.234)	(3.623)	(20.398)	(23.033)
Total	<u>(261.205)</u>	<u>(160.974)</u>	<u>(599.348)</u>	<u>(463.988)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bons Ventos, Formosa e Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			
	2015	2015	2014	2014
	IR	CS	IR	CS
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.447)	(54.447)	(168.771)	(168.771)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	(366.278)	(366.278)	(129.633)	(129.633)
Outras (adições) exclusões permanentes	7.560	7.556	7.300	7.300
Base de cálculo	(413.165)	(413.169)	(291.104)	(291.104)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	103.291	37.185	72.776	26.199
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(103.291)	(37.185)	(72.776)	(26.199)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	-	-

	Consolidado			
	2015	2015	2014	2014
	IR	CS	IR	CS
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	504	504	(133.716)	(133.716)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Outras (adições) exclusões permanentes	10.836	10.833	6.972	6.978
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	(85.760)		(71.308)	
Reversão do efeito da tributação - lucro real	(327.680)	(323.744)	(102.292)	(97.144)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	97.576	146.367	70.016	105.478
Base de cálculo	(304.524)	(166.040)	(230.328)	(118.404)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	76.131	14.944	57.582	10.656
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(103.492)	(37.367)	(78.050)	(28.098)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	414	149	3.136	1.129
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	(26.947)	(22.274)	(17.332)	(16.313)
Impostos - corrente	(53.401)	(31.831)	(33.586)	(22.165)
Impostos - diferido	26.454	9.557	16.254	5.852
Impostos líquidos	(26.947)	(22.274)	(17.332)	(16.313)
Alíquota efetiva - %	(5346,6%)	(4419,4%)	13,0%	12,2%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Énergies e da Bons Ventos Participações S.A. (BVP), que apuram

o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e a Bons Ventos Geradora de Energia S.A registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Énergies e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	24.248	67.355	91.603	25.725	71.458	97.183
Prejuízo Fiscal - Base negativa	466	1.294	1.760	2.911	8.089	11.000
Total ativo	24.714	68.649	93.363	28.636	79.547	108.183
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	29.132	80.922	110.054	30.905	85.847	116.752
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	86.495	240.264	326.759	89.882	249.671	339.553
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica, BVP, Rosa dos Ventos e Desa	193.927	538.685	732.612	204.549	568.192	772.741
RTT Depreciação fiscal x societária	13.656	37.933	51.589	11.329	31.470	42.799
Incorporação WF2*	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Total passivo	326.788	907.744	1.234.532	340.243	945.120	1.285.363
	302.074	839.095	1.141.169	311.607	865.573	1.177.180

(*) Esse saldo é advindo da incorporação da WF2 e é refere-se aos impostos diferidos sobre ganho de participação societária ocorrido em exercícios anteriores, o qual será realizado, na eventual alienação do investimento (nota explicativa nº 1.1)

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2016	7.340
2017	5.580
2018	5.580
2019	5.580
2020	5.580
2021 a 2025	27.899
2026 a 2030	27.899
2031 a 2035	7.905
Total	<u>93.363</u>

a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Total do ativo	93.363	108.183
Total do passivo	(1.234.532)	(1.285.363)
	(1.141.169)	(1.177.180)
Classificado:		
Ativo líquido	1.422	5.404
Passivo líquido	(1.142.591)	(1.182.584)
	(1.141.169)	(1.177.180)

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2013	5.552	14.452	20.004	237.518	659.767	897.285
Realização de impostos diferidos	(2.383)	(6.621)	(9.004)	(8.234)	(22.875)	(31.109)
Constituição Desa	-	-	-	74.705	207.522	282.227
Constituição Rosa dos Ventos	-	-	-	6.097	16.935	23.032
Incorporação WF2	-	-	-	3.578	9.940	13.518
Fair value Rosa dos Ventos	-	-	-	(151)	(420)	(571)
Minoritários incorporação reversa	-	-	-	1.005	2.793	3.798
Reclassificação base negativa ativo x passivo	(1.481)	(4.115)	(5.596)	(1.481)	(4.115)	(5.596)
Saldo em 31.12.2014	1.688	3.716	5.404	313.037	869.547	1.182.584

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2014	1.688	3.716	5.404	313.037	869.547	1.182.584
Realização de impostos diferidos	(1.054)	(2.928)	(3.982)	(10.586)	(29.407)	(39.993)
Saldo em 31.12.2015	634	788	1.422	302.451	840.140	1.142.591

25.3. Créditos fiscais

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u> R\$	<u>Consolidado</u> R\$
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2015	<u>930.693</u>	<u>1.698.026</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2015	<u>930.693</u>	<u>1.698.026</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Dividendos a receber (nota explicativa nº 11).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1).
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 18).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

Consolidado			
31/12/2015			
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituições financeiras	Nível 2	289.023	291.806
BNDES/FINEP - Investimento	Nível 2	3.596.574	3.596.574
Debêntures	Nível 2	2.135.463	1.239.474
Total		6.021.060	5.127.854

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras, nos montantes de R\$443 e R\$23.190, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (R\$436 e R\$4.888, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$114.618 (50% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa), (ii) R\$42.270 (18% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (R\$25.944 de CER e R\$9.355 de mercado livre e R\$6.971 de CCEAR), (iii) R\$35.158 (15% do total) pelo Grupo CPFL (acionista controlador) e (iv) R\$37.307 (17% do total) por outras empresas.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de dezembro 2015 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2015 permaneçam estáveis (CDI em 14,14% a.a., TJLP em 7% a.a., IGPM em 10,5443% a.a. e TR em 0,64% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	530.063	72.613	90.766	108.920
Títulos e Valores Mobiliários	TR	443	69	86	104
Aplicação Fundos*	CDI	679.292	93.055	116.319	139.583
		1.209.798	165.737	207.171	248.607
Passivo Financeiro					
Empréstimos e Financiamentos BNDES, FINEP, FCO, FNE e FDNE	TJLP+1,96%	(3.434.055)	(334.820)	(394.916)	(455.012)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	(72.739)	(14.609)	(16.692)	(18.775)
Empréstimos e Financiam. e DEBÊNTURES	CDI+1,55%	(1.938.158)	(308.333)	(377.909)	(447.484)
Subtotal		(5.444.952)	(657.763)	(789.517)	(921.272)
Variação		(4.235.154)	(492.026)	(582.346)	(672.665)

Em 31 de dezembro de 2015, o custo total de captação foi de R\$26.327.

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
31/12/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.045	-	-	-	-	-	14.045
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	11.348	22.288	99.295	251.982	229.918	511.381	1.126.212
Debêntures - principal e encargos	-	22.907	173.757	614.996	1.019.025	709.014	2.539.699
Total	25.393	45.195	273.052	866.978	1.248.943	1.220.395	3.679.956

Consolidado							
31/12/2015	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	59.464	239	1.790	633	-	-	62.126
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	44.811	94.492	494.345	1.263.046	1.188.434	2.666.023	5.751.151
Debêntures - principal e encargos	1.768	26.532	668.957	820.702	773.847	671.843	2.963.649
Total	106.043	121.263	1.165.092	2.084.381	1.962.281	3.337.866	8.776.926

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais o capital circulante líquido negativo no montante de R\$641.433, decorrente principalmente dos mútuos firmados com suas controladas em dezembro de 2014 e de 2015. Tais valores serão liquidados com o saldo de dividendos a receber e antecipação de dividendos de 2016 pelas controladas.

27. COBERTURAS DE SEGUROS

Contratação

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período.

Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelos gestores das respectivas áreas, sendo que a Diretoria é informada nas reuniões semanais.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado 31/12/2015
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	4.756.491.591
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	68.000.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	784.590
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	95.579.009
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	172.391.695
Total		<u>5.093.246.885</u>

Sinistros

- Bio Alvorada

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação do gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, e o processo de danos materiais foi concluído em 2014, tendo sido autorizado o pagamento de indenização, no montante de R\$5.933.

Em 26 de dezembro de 2014, com base nos trabalhos da perícia e regulação do sinistro, a seguradora reconheceu que o total das perdas parciais apresentadas e apuradas até o momento, para a cobertura dos lucros cessantes da Bio Alvorada, é o montante de R\$3.000. Este valor foi registrado como receita de indenização em “Outras Receitas”, no resultado de 2014 desta controlada e recebido em 29 de janeiro de 2015.

Em 20 de fevereiro de 2015, a seguradora finalizou a apuração das perdas totais para a cobertura dos lucros cessantes do sinistro ocorrido na Bio Alvorada, apresentando um valor adicional a ser pago no montante de R\$4.326 (líquido de franquia). Esse valor foi registrado no resultado desta controlada em fevereiro de 2015 e recebido dentro do próprio mês.

- Bio Coopcana

Em maio de 2014, houve um sinistro nas bobinas do gerador da controlada Bio Coopcana que queimaram, durante a operação da usina. A usina está coberta pela garantia do equipamento dada pelo fornecedor, por Seguro Garantia emitido pelo próprio fornecedor

à controladora CPFL Renováveis e por apólice de seguro de Risco Operacional contratado pela controladora CPFL Renováveis. A exata causa do sinistro não pode ser confirmada pelo fornecedor. Por esta razão e por questões comerciais o gerador foi reparado pelo fornecedor sem custo para a Bio Coopcana. A seguradora reconheceu que o montante de lucros cessantes apurado foi de R\$3.611, sendo o mesmo registrado como receita de indenização em “Outras receitas” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 desta controlada.

- Bio Pedra

Em maio de 2015 houve sinistro no rotor da turbina da controlada Bio Pedra, durante a operação da usina. A usina está assegurada por apólice de Riscos Operacionais, com adicional de cobertura para Lucros Cessantes. O processo de regulação do sinistro está em sua fase final.

A seguradora reconheceu os prejuízos apurados de dano material no montante de R\$20.682 e lucros cessantes no montante de R\$25.644, sendo os mesmos registrados, respectivamente, como receita de indenização em contrapartida da provisão para perda de imobilizado e como “Outras receitas” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 desta controlada.

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil a pagar para o ano de 2016	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis (*)	1				953	IPCA
Dobrevê Energia S.A. (**)	1				393	IPCA
EOL Santa Clara I, II, III, IV, V, VI	2	mar-08	2.079	28 anos	2.232	IGP-M
EOL Bons Ventos	2	set-06	437	28 anos	3.134	IGP-M
EOL Formosa	2	out-01	1.094	28 anos	1.776	IGP-M
EOL Icaraizinho	2	mar-02	423	28 anos	1.205	IGP-M
EOL Paracuru	2	dez-01	107	28 anos	579	IGP-M
EOL Campo dos Ventos II	2	jun-09	183	37 anos	336	IGP-M
EOL Bloco Norte e Sul	1	out-08	3.300	37 anos	317	IGP-M
EOL Campos dos Ventos	1	abr-08	3.206	37 anos	413	IGP-M
EOL Costa Branca	2	ago-08	322	25 anos	194	IGP-M
EOL Juremas	2	ago-08	217	25 anos	154	IGP-M
EOL Macacos	2	ago-08	88	25 anos	199	IGP-M
EOL Pedra Preta	2	ago-08	145	25 anos	197	IGP-M
EOL Baixa Verde	2	ago-08	239	25 anos	26	IGP-M
EOL Cajueiro	2	ago-08	238	25 anos	26	IGP-M
EOL Navegantes	2	mai-09	208	25 anos	26	IGP-M
EOL Rosa do Ventos	2	jan-04	126	25 anos	406	IGP-M
EOL DESA Eurús I e III	2	out-08	89	25 anos	679	IGP-M
EOL DESA Morro dos Ventos	2	out-08	89	25 anos	2.265	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	2.314	35 anos	1.455	IGP-M
EOL Pedra Cheirosa	2	jul-13	400	25 anos	-	IGP-M
SPE Costa das Dunas	1	mai-09	469	25 anos	57	IGP-M
SPE Farol de Touros	1	mai-09	433	25 anos	57	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	40	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	55	IGP-M
Total					17.174	

Observações:

(*) valores referentes aos projetos Projeto EOL Royale, Projeto Pé de Serra, Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Eólica Serra Grande, Projeto Serra das Vacas, Projeto Saloá, Projeto Serra do Angelim, Projeto EOL Achado Projeto, EOL Olhos D'água, Projeto EOL Rodoleiro, Projeto EOL Palmeiras, Projeto EOL Farroupilha, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara Projeto, EOL São Nicolau, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Taipa, Projeto EOL Estância, Projeto EOL Sacatruz, Projeto EOL Pedra Cheirosa I, Projeto EOL Riacho de Santana

(**) valores referentes ao projeto EOL Iraúnas

1. Fase Pré-Operacional: Valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/ha.
2. Fase Operacional: Valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2016	4.696	12.478	17.174
2017	4.993	12.973	17.966
2018	5.242	13.622	18.864
2019	5.498	14.287	19.785
2020 a 2024	31.507	81.870	113.377
2025 a 2029	36.665	94.798	131.463
2030 a 2034	29.953	73.925	103.878
2035 a 2039	14.855	33.748	48.603
2040 a 2044	17.476	34.722	52.198
2045 a 2049	4.749	9.746	14.495
	<u>155.634</u>	<u>382.169</u>	<u>537.803</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$4.348 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

A controlada DESA possuía o montante a pagar de R\$3.350, pela aquisição de Renascer Centrais Elétricas, que seria pago quando fossem obtidas as licenças necessárias para a implantação da Usina. Tendo em vista a descontinuidade deste projeto pela Companhia e a alteração do status do projeto pela ANEEL como “inativo”, em maio de 2015 a provisão para pagamento foi baixada para resultado.

28.3. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação:

em R\$ mil	2016	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Alugueis	1.507	1.443	1.394	1.444	1.147	254	7.189
Contratos de construção de usinas	968.839	298.186	113	71	-	-	1.267.209
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	122.904	60.712	47.326	45.764	45.839	284.222	606.767
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	77.911	83.056	84.160	84.381	84.381	1.610.675	2.024.564
Serviços administrativos	2.761	492	-	-	-	-	3.253
Repactuação do risco hidrológico	17.882	-	-	-	1.036	86.321	105.239
Total	<u>1.191.804</u>	<u>443.889</u>	<u>132.993</u>	<u>131.660</u>	<u>132.403</u>	<u>1.981.472</u>	<u>4.014.221</u>

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$224 (R\$145 em 2014). A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$996 (R\$1.362 em 2014).

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E OUTRAS INFORMAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(303.266)
Investimento	-	448.460	-	-
Imobilizado	-	-	-	1.345.578
Direitos de autorização	-	562.453	-	852.201
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(1.009.877)
Outros	-	-	-	19.957
Total	-	1.010.913	-	904.593
Contrapartida transferida por meio de aumento de capital	-	939.983	-	833.663
Contrapartida paga	-	70.930	-	70.930
Transações oriundas da incorporação da WF2:				
Caixa e equivalente de caixa	-	43	-	-
Investimento	-	719.665	-	-
Debêntures	-	(170.114)	-	-
Contas a pagar de aquisições	-	(83.484)	-	-
Impostos diferidos passivos	-	(13.518)	-	-
Outros	-	492	-	-
Total	-	453.084	-	-
Outras transações não envolvendo caixa:				
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	9.193
Encargos financeiros capitalizados	-	-	32.485	4.235
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	6.594	16.402
Reversão de ativo contingente contra passivo contingente	-	-	-	10.000
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	-	28.444
Fornecedores de imobilizado	-	-	11.580	35.490
Realização de reserva de capital de não controlador contra contas a receber	-	-	-	2.185
Transferência entre partes relacionadas e outros créditos	-	-	-	740
Recebimento de sinistro	-	-	20.718	-
Registro de IR diferido de não controlador	-	-	-	3.798
Capitalização de mútuo	-	19.291	-	-
Capitalização de AFACs	265.039	49.543	-	-

31. GENERATION *SCALING FACTOR* ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, haverá o que se chama de Energia Secundária, originando a receita desta energia ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD que é rateada entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o que se chama de Generating Scaling Factor ("GSF"), sendo este déficit de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e consequentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013 este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Para a parcela risco hidrológico relativa ao ACL, o risco será mitigado pela compra de Energia de Reserva, com os direitos e obrigações associados a esta aquisição assumido pelos geradores hídricos. Neste caso o aporte de prêmio de risco ao preço foi de 10,50/MWh e receita da energia adquirida será na Conta de Energia de Reserva (CONER).

Os geradores que aderiram à repactuação deveriam cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica.

Em dezembro de 2015, as controladas da Companhia: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocaís Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesda aderiram à repactuação de seus contratos do ACR, assim como desistiram da ação judicial.

O registro de tais efeitos foi a constituição de uma despesa antecipada (nota explicativa nº 9) em contrapartida a redutor de receita de venda de energia e ao custo de energia elétrica comprada para revenda. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2015 é de R\$27.019 para as controladas da Companhia. O montante de despesas antecipadas reconhecidas será amortizado como redutor de receita de venda de energia e como custo de energia de forma linear no resultado destas controladas entre janeiro de 2016 e junho de 2020.

Até 31 de dezembro de 2015 por questões operacionais da CCEE, não foi realizado o pagamento do passivo de GSF dos meses de maio a dezembro de 2015, portanto, a parcela de GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado deste exercício, registrada na rubrica de despesa antecipada, está apresentada líquida do passivo a pagar registrado na rubrica de fornecedores, é o montante de R\$9.137, segregado entre circulante e não circulante.

Adicionalmente, para os contratos firmados com a Eletrobras, o GSF do exercício de 2015 somente será retido da receita no exercício de 2016, em 12 parcelas, desta forma, até 31 de dezembro de 2015 a parcela do GSF ressarcido líquida do prêmio repactuado deste exercício, para determinadas controladas da Companhia, está apresentada líquida

do passivo a pagar registrado na rubrica de adiantamento de clientes, tendo o saldo zerado na rubrica de despesa antecipada.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

- 1ª Emissão de Debêntures – SPE Turbina 16 Energia S.A.

Em 05 de janeiro de 2016, a controlada SPE Turbina 16 Energia S.A. efetuou a liquidação antecipada das 27.720 debêntures emitidas em série única, no montante de R\$265.930. Essas debêntures possuíam vencimento em dezembro de 2016 e remuneração de 112,75% do CDI. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa dessa controlada até que ocorresse a liberação do financiamento com o BNDES, ocorrida em dezembro de 2015.

- Pagamento de Contas a Pagar de Aquisições

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela do contrato de venda e compra de ações e outras avenças, oriundo da incorporação de DESA, entre a WF2 Holding S.A. e os não controladores da Dobrevê Energia S.A., firmado em 31 de janeiro de 2014, no montante de R\$16.360. Neste contrato, os não controladores alienaram a totalidade de suas ações correspondentes a 21,14% do capital votante da Dobrevê Energia S.A.

- Emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis - Plano Alto e Alto Irani

Em 22 de janeiro de 2016, as controladas Plano Alto e Alto Irani emitiram ações preferencias resgatáveis, sendo emitidas 921.224 ações ao montante de R\$55.000 para Plano Alto e 1.031.005 ações no montante de R\$75.000 para Alto Irani. Essas ações preferências resgatáveis possuem vencimento em janeiro de 2023 e remuneração de 105% do CDI. Essa emissão teve como objetivo reforçar a necessidade de caixa da controladora CPFL Renováveis.

* * *

André Dorf
Diretor Presidente

Carlos Wilson Ribeiro
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0